ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf HENRIQUE LÚCIO DA CRUZ **PEIXOTO** JÚNIOR

A Geopolítica da Amazônia: os recursos naturais estratégicos e a presença do Exército Brasileiro.

Rio de Janeiro
2020

Maj Inf HENRIQUE LÚCIO DA CRUZ **PEIXOTO** JÚNIOR

A Geopolítica da Amazônia: os recursos naturais estratégicos e a presença do Exército Brasileiro.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: TC Inf LUIZ ANTONIO FREIRE DE **PAIVA** JUNIOR

Rio de Janeiro
2020

Maj Inf HENRIQUE LÚCIO DA CRUZ **PEIXOTO** JÚNIOR

A Geopolítica da Amazônia: os recursos naturais estratégicos e a presença do Exército Brasileiro.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em _____ de_____ de_____.

COMISSÃO AVALIADORA

_____
Luiz Antonio Freire de Paiva Junior - Ten Cel Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____
Fábio Steven de Melo Pio - Ten Cel Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____
Marcelus Armindo Ribeiro Nogueira - Maj Art - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

AGRADECIMENTOS

Em especial agradeço ao Ten Cel Paiva, que foi um orientador extraordinário, estando sempre presente, esclarecendo as minhas dúvidas, tendo muita paciência, competência, confiança e conhecimento.

A minha esposa pela compreensão, apoio e companheirismo nos momentos em que este trabalho foi priorizado.

A todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para este projeto fosse concluído.

“Se não te apercebes para integrar a Amazônia na tua civilização, ela, mais cedo ou mais tarde, se distanciará, naturalmente, como se desprega um mundo de uma nebulosa – pela expansão centrífuga de seu próprio movimento” (Euclides da Cunha)

RESUMO

A geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo para influir na decisão dos Estados sobre o uso de seus territórios. O estudo dos pensamentos e práticas dos geopolíticos demonstra a natureza e influência desse campo de reflexão na condução das políticas de um Estado. A soberania na região amazônica tem sido pauta de diversos órgãos, organismos, cúpulas e fóruns internacionais. Durante o século XX, geopolíticos brasileiros realizaram estudos e apontamentos relevantes sobre a região, reforçando a necessidade de se priorizar a referida área nas políticas nacionais, principalmente pela crescente demanda internacional por recursos naturais estratégicos. O Estado brasileiro, ciente de que a geopolítica é a presença, ordenada e sistemática, do poder político sobre determinado espaço, definiu uma Política Nacional de Defesa e adotou a presença da Força Militar como estratégia. Assim, o Exército Brasileiro molda a sua presença na região para reforçar a autoridade brasileira sobre este território. Este trabalho tem por objetivo compreender de que forma o pensamento geopolítico brasileiro influenciou na presença do Exército Brasileiro na região da Amazônia Legal, visando à garantia da soberania nacional sobre os recursos naturais estratégicos. Para isso, utilizou a metodologia qualitativa, com levantamento de informações e conhecimentos sobre o tema, e apresentou os resultados através de percepções e análises quanto à influência dos pensadores geopolíticos brasileiros na presença do Exército Brasileiro na Amazônia Legal. Como conclusão, abordou a necessidade de continuado estudo sobre a região amazônica, principalmente sob a ótica da geopolítica, e o esforço necessário para dar continuidade a integração.

Palavras-chave: geopolítica; Amazônia; soberania; Exército Brasileiro.

RESUMEN

La geopolítica siempre se ha caracterizado por la presencia de todo tipo de presiones para influir en las decisiones de los Estados sobre el uso de sus territorios. El estudio de los pensamientos y prácticas de la geopolítica demuestra la naturaleza y la influencia de este campo de reflexión en la conducción de las políticas de un Estado. La soberanía en la región amazónica ha sido objeto de varios organismos, organizaciones, cumbres y foros internacionales. Durante el siglo XX, la geopolítica brasileña llevó a cabo estudios y notas relevantes sobre la región, reforzando la necesidad de priorizar esta área en las políticas nacionales, principalmente debido a creciente demanda internacional de recursos naturales estratégicos. El Estado brasileño, consciente de que la geopolítica es la presencia, ordenada y sistemática, del poder político sobre un espacio determinado, definió una Política de Defensa Nacional y adoptó la presencia de la Fuerza Militar como estrategia. Por lo tanto, el Ejército Brasileño da forma a su presencia en la región para reforzar la autoridad brasileña sobre este territorio. Este trabajo tiene como objetivo comprender cómo el pensamiento geopolítico brasileño influyó en la presencia del Ejército Brasileño en la región de la Amazonía Legal, con el objetivo de garantizar la soberanía nacional sobre los recursos naturales estratégicos. Para esto, utilizó la metodología cualitativa, con la recopilación de información y conocimiento sobre el tema, y presentó los resultados a través de percepciones y análisis sobre la influencia de los pensadores geopolíticos brasileños en la presencia del Ejército Brasileño en la Amazonía Legal. En conclusión, abordó la necesidad de continuar estudiando acerca de la región amazónica, principalmente desde la perspectiva de la geopolítica, y el esfuerzo requerido para continuar la integración.

Palabras-clave: geopolítica; Amazonía; soberanía; Ejército Brasileño.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Amazônia Legal……..……..……..…… 14
Figura 2 – Países fronteiriços da Amazônia Legal…….……... 15
Figura 3 – Principais recursos minerais da Amazônia Legal……..……. 20
Figura 4 – Maior mina de ferro a céu aberto do mundo, em Carajás..... 22
Figura 5 – Região Hidrográfica Amazônica…… 23
Figura 6 – Sistema Aquífero Grande Amazônia…….…..…. 23
Figura 7 – Regiões Naturais do Brasil…….… 26
Figura 8 – Divisão geopolítica do Brasil……..……..….. 29
Figura 9 – América do Sul e os hemiciclos…….…… 30
Figura 10 – Divisão do Brasil em Comandos Militares…… 39
Figura 11 – Estrutura Organizacional do Comando Militar da Amazônia…… 40
Figura 12 – Estrutura Organizacional do Comando Militar do Norte…… 42
Figura 13 – Estrutura Organizacional do Comando Militar do Oeste……... 43
Figura 14 – Estrutura Organizacional do Comando Militar do Planalto...…… 44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PND	Política Nacional de Defesa
END	Estratégia Nacional de Defesa
EB	Exército Brasileiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PIB	Produto Interno Bruto
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
RAISG	Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada
SAGA	Sistema Aquífero Grande Amazônia
ONP	Objetivos Nacionais Permanentes
FEB	Força Expedicionária Brasileira
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
OM	Organizações Militares
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
CMA	Comando Militar da Amazônia
CMN	Comando Militar do Norte
CMO	Comando Militar do Oeste
CMP	Comando Militar do Planalto
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
Bda Inf Sl	Brigada de Infantaria de Selva
OMDS	Organização Militar Diretamente Subordinada
OMV	Organização Militar Vinculada
RM	Região Militar
BEC	Batalhão de Engenharia de Construção
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO**..... 10
2 **A AMAZÔNIA E OS RECURSOS NATURAIS ESTRATÉGICOS**..... 14
2.1 A BIODIVERSIDADE..... 17
2.2 OS RECURSOS MINERAIS..... 19
2.3 OS RECURSOS HÍDRICOS..... 22
3 **O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO SOBRE A AMAZÔNIA** 24
3.1 MÁRIO TRAVASSOS..... 24
3.2 GOLBERY DO COUTO E SILVA..... 27
3.3 CARLOS DE MEIRA MATTOS..... 31
3.4 THEREZINHA DE CASTRO..... 35
4 **A PRESENÇA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA AMAZÔNIA**..... 37
4.1 COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA..... 39
4.2 COMANDO MILITAR DO NORTE..... 41
4.3 COMANDO MILITAR DO OESTE..... 43
4.4 COMANDO MILITAR DO PLANALTO..... 44
4.5 LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES MILITARES NOS MUNICÍPIOS DA AMAZÔNIA LEGAL..... 45
5 **DISCUSSÃO**..... 45
6 **CONCLUSÃO**..... 48
REFERÊNCIAS..... 51
APÊNDICE A - MUNICÍPIOS COM ORGANIZAÇÕES MILITARES NA AMAZÔNIA LEGAL..... 55

1 **INTRODUÇÃO**

A geopolítica sempre se caracterizou pela presença de pressões de todo tipo, intervenções no cenário internacional, desde as mais brandas até guerras e conquistas de territórios. Inicialmente, essas ações tinham como sujeito fundamental o Estado, pois ele era entendido como a única fonte de poder, a única representação da política, e as disputas eram analisadas apenas entre os Estados.

Hoje, a geopolítica atua, sobretudo, por meio do poder de influir na tomada de decisão dos Estados sobre o uso do território. Verifica-se o fortalecimento da coerção velada, pressões de toda ordem para influir na decisão dos Estados sobre o uso de seus territórios. (BECKER, 2005).

O estudo dos pensamentos e práticas dos geopolíticos demonstra a natureza e influência desse campo de reflexão na condução das políticas internas e externas de um Estado e nas relações deste com os demais atores nas diversas ordens mundiais. (COSTA, 2017).

No cenário brasileiro, a soberania na região amazônica tem sido pauta de diversos órgãos, organismos, cúpulas e fóruns internacionais, sobretudo nos que tem o meio ambiente como temática principal.

Pensadores geopolíticos brasileiros do século XX, como o Coronel Mário Travassos, os Generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos, e a professora Therezinha de Castro, realizaram estudos e apontamentos relevantes sobre a região amazônica, reforçando a necessidade de se priorizar a referida área nas políticas nacionais.

Os recursos naturais estratégicos são elementos da natureza vitais para a sociedade e, por isso, disputados mundialmente. A posse ou domínio deles pode representar vantagens econômicas e geopolíticas, sem contar a própria preservação da vida e das populações dos espaços envolvidos. A importância de determinado recurso natural pode variar ao longo do tempo, pois as transformações tecnológicas alteram em maior ou menor grau a necessidade que se tem de consumir um produto.

A época industrial baliza os tipos de materiais que passam a ser elementos-chave para o desenvolvimento de novos e mais avançados produtos. “O paradigma da globalização definiu, a partir dos anos 1980, uma nova configuração geopolítica determinada pela crescente demanda internacional por recursos naturais estratégicos.” (AMIN, 2015, p.17).

A internacionalização da Amazônia constitui uma tentativa de um conjunto de interesses econômicos para, sob pretexto de uma emergência ambiental, diminuírem a soberania brasileira sobre um território riquíssimo em recursos. Aproveitando a fragilidade econômica do país, a estratégia neocolonial é a de limitar o desenvolvimento de apenas 20% do seu território, na base de uma tutela externa sobre a exploração agrícola, mineira, e de áreas indígenas. (MORAIS, 2019).

Em 1989, o senador norte-americano Al Gore, disse: "Ao contrário do que os brasileiros acreditam, a Amazônia não é propriedade deles, ela pertence a todos nós". No mesmo ano, o presidente francês François Mitterrand disse: "O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia".

Afirmações questionando a soberania do Brasil sobre a Amazônia, na década de 1990, também são atribuídas a Mikhail Gorbatchov, ex-líder da União Soviética: "o Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes", e ao diplomata americano Henry Kissinger, que afirmou: "os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje se não tiverem à sua disposição os recursos naturais não renováveis do planeta".

Mais recentemente, na reunião do G7[1] em Genebra (2019), o presidente francês Emmanuel Macron afirmou: “Associações, ONGs e atores, já há vários anos – por vezes alguns atores jurídicos internacionais – levantaram a questão para saber se podemos definir um status internacional da Amazônia.”

Esses discursos intervencionistas, do passado e do presente, ferem as soberanias nacionais e tentam implementar uma espécie de neocolonialismo do século XXI, utilizando a defesa e a intervenção ecológica como instrumentos perpetradores de tal ideologia ou concepção geopolítica globalista.

Se é fato que organismos e convenções internacionais poderão implicar em riscos às soberanias nacionais, é verdade também que estes supostos riscos ocorrerão na mesma medida da ausência de uma política de defesa e da presença física do Estado nos territórios de interesse internacional. Este não é o caso do Brasil.

A Constituição brasileira (BRASIL, 1988), no seu artigo 142 atribui às Forças Armadas o papel de defesa da Pátria, garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

---

[1] Grupo dos países mais industrializados do mundo, composto por: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.

O Estado brasileiro, ciente de que a geopolítica é a presença ordenada e sistemática do poder político sobre determinado espaço e, sabendo do seu dever constitucional de defesa da soberania nacional e dos recursos naturais estratégicos, definiu uma Política Nacional de Defesa e adotou a presença da Força Militar em seu território como estratégia.

A Política Nacional de Defesa (PND) (BRASIL, 2012b) preconiza em seu planejamento a inclusão de todas as regiões, sobretudo, aquelas que possuem áreas vitais e de maior concentração de poder político e econômico, devendo-se priorizar a Amazônia e o Atlântico Sul.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) define:

> O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil (BRASIL, 2012a, p. 54).

Assim, o Exército Brasileiro (EB) é corresponsável por identificar as principais ameaças à soberania brasileira na Amazônia dentro do cenário geopolítico atual e moldar a sua presença na região para reforçar a autoridade brasileira sobre este território.

Neste sentido, o trabalho foi pautado no esforço de construção de respostas para o seguinte problema: qual a influência do pensamento geopolítico brasileiro na presença do Exército Brasileiro na Amazônia Legal para a garantia da soberania nacional sobre os recursos naturais estratégicos?

O objetivo geral é compreender de que forma o pensamento geopolítico brasileiro influenciou na presença do EB na região da Amazônia Legal, visando à garantia da soberania nacional sobre os recursos naturais estratégicos.

Para que se pudesse alcançar o objetivo geral de estudo, foram formulados objetivos específicos necessários para encadear, logicamente, o raciocínio:

a) apresentar a Amazônia Legal e seus recursos naturais estratégicos;

b) identificar a linha de pensamento dos geopolíticos brasileiros associada à garantia da soberania nacional sobre os recursos naturais estratégicos da Amazônia Legal;

c) descrever a presença do EB na Amazônia Legal com fins de garantir a soberania nacional sobre os recursos naturais estratégicos; e

d) relacionar o pensamento geopolítico brasileiro com a presença do EB na região.

A hipótese previamente levantada é de que a presença do Exército Brasileiro na Amazônia Legal sofreu influência do pensamento geopolítico brasileiro.

O estudo se deu de forma limitada aos pensadores geopolíticos brasileiros, particularmente aqueles que tiveram como objeto de estudo a soberania nacional sobre os recursos naturais estratégicos da região amazônica.

A cobiça internacional sobre a Amazônia e as constantes declarações de líderes globais acerca da soberania relativa sobre a região demonstram a importância do aprofundamento dos estudos desta temática. Assim, este trabalho contribuiu para agregar conhecimento, já que trouxe à discussão a Amazônia Legal e a fundamentação teórica do pensamento geopolítico brasileiro, como norteador da presença do EB na região.

No que diz respeito à metodologia empregada, conforme a taxionomia de Vergara (2009), este estudo se apoiou em uma metodologia qualitativa, básica e exploratória.

O trabalho utilizou como método de pesquisa o levantamento de informações e conhecimentos, a partir de diferentes materiais da produção bibliográfica e documental sobre o tema. Ainda, apresentou os resultados por meio de percepções e análises quanto à influência dos pensadores geopolíticos brasileiros na presença do EB na Amazônia Legal para a garantia da soberania nacional sobre os recursos naturais estratégicos.

O universo do estudo foi a estrutura organizacional do Exército Brasileiro e a geopolítica. Já a amostra delimitou a pesquisa aos fatos e dados observados e registados na área delimitada como Amazônia Legal, bem como a linha de pensamento dos geopolíticos brasileiros.

A coleta de dados deu-se por meio da literatura, realizando pesquisa bibliográfica em documentos, livros, manuais, revistas especializadas, jornais, artigos, internet, monografias, teses e dissertações, buscando dados pertinentes à geopolítica da Amazônia e o método de tratamento de dados utilizado foi a análise de conteúdo, de Bardin (2010).

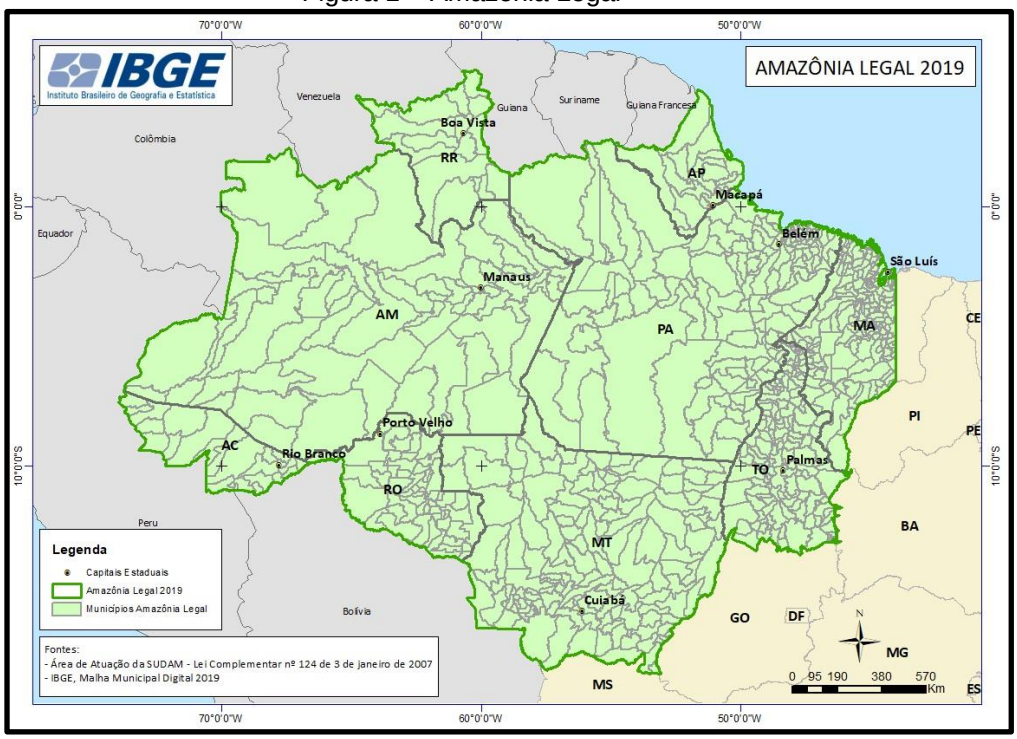
A metodologia utilizada possui limitações, particularmente, quanto à profundidade da pesquisa, pois não contemplou, dentre outros aspectos, o estudo de campo e a entrevista com pessoas diretamente ligadas aos temas em questão, entretanto se mostrou adequado e possibilitou o alcance dos objetivos de estudo.

2 **A AMAZÔNIA E OS RECURSOS NATURAIS ESTRATÉGICOS**

A Amazônia Legal é um espaço construído temporal e politicamente instituído pela Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953, e ampliado pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, e pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, sendo ratificada pela Constituição Federal de 1988. Em documento da Câmara dos Deputados, encontra-se, ainda, a seguinte definição:

> região compreendida pela totalidade dos estados do Acre, do Amapá, de Amazonas, do Mato Grosso, do Pará, de Rondônia, de Roraima e de Tocantins e parte do estado do Maranhão. A região engloba uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km², correspondente a cerca de 61% do território brasileiro. Foi instituída com o objetivo de definir a delimitação geográfica da região política captadora de incentivos fiscais com o propósito de promoção do seu desenvolvimento regional (Figura 1).

Figura 1 – Amazônia Legal

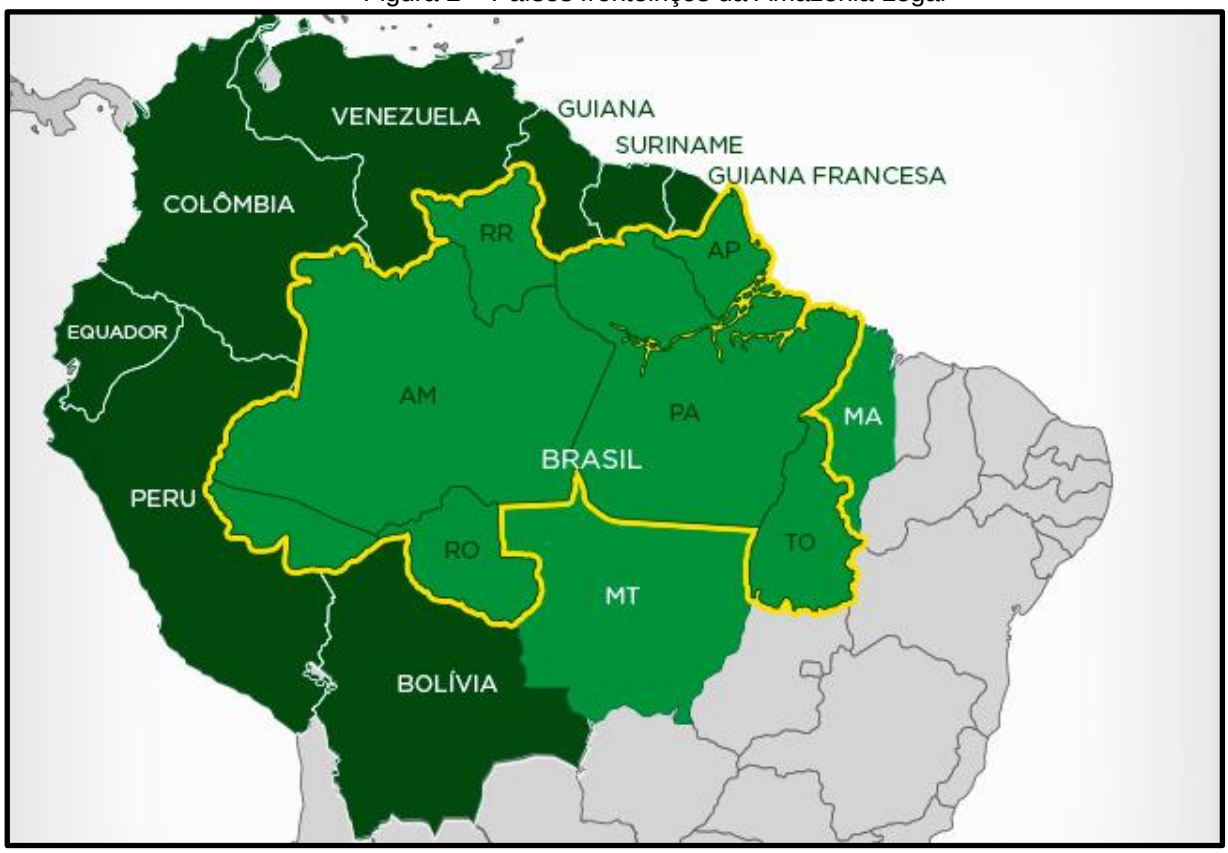


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Segundo o IBGE, a Amazônia Legal é dividida em duas partes: a Amazônia Ocidental, composta pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e a Amazônia Oriental, composta, por exclusão, pelos Estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso.

Ainda, a região faz fronteira com sete países: Guiana Francesa que é Departamento da França (Amapá), Suriname (Pará e Amapá), República da Guiana (Roraima e Pará), Venezuela (Roraima e Amazonas), Colômbia (Amazonas), Peru (Amazonas e Acre) e Bolívia (Acre, Mato Grosso e Rondônia). Essas fronteiras são caracterizadas pela dificuldade de acesso e pelos imensos vazios demográficos decorrentes do processo de ocupação territorial da área (Figura 2).

Figura 2 – Países fronteiriços da Amazônia Legal



Fonte: Portal Paramazônia

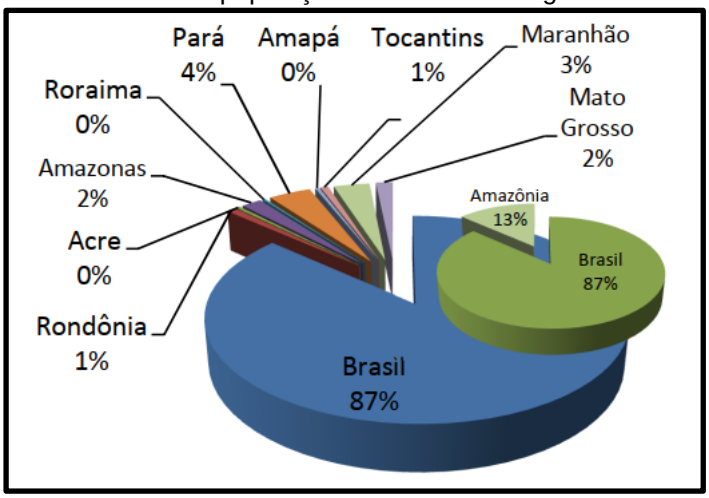
De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizada pelo IBGE em 2013, a população da Amazônia Legal é de pouco mais de 27 milhões de habitantes (tabela 1), representando cerca de 13,4% da população total do Brasil (gráfico 1), mesmo ocupando cerca de 61% do território nacional. (SUDAM, 2016).

Tabela 1 – População na Amazônia Legal

Unidade da Federação	População		
	2000	2010	2013
Acre	557.526	733.559	779.572
Amapá	477.032	669.526	739.312
Amazonas	2.812.557	3.483.985	3.823.475
Maranhão	5.651.475	6.574.789	6.801.826
Mato Grosso	2.504.353	3.035.122	3.191.411
Pará	6.192.307	7.581.051	7.990.336
Rondônia	1.379.787	1.562.409	1.733.265
Roraima	324.397	450.479	491.259
Tocantins	1.157.098	1.383.445	1.482.683
Amazônia	**21.056.532**	**25.474.365**	**27.033.139**
Brasil	**169.872.856**	**190.755.799**	**201.467.084**

Fonte: Censos IBGE (2000 e 2010) e PNAD (2013)

Gráfico 1 – Percentual da população da Amazônia Legal no Brasil em 2013



Fonte: PNAD (2013)

Os dados de densidades demográficas obtidos no PNAD 2013 revelam um quadro abaixo do resultado nacional. Enquanto a média no Brasil é de 23,7 habitantes por km^2, a relação para a Amazônia Legal é de apenas 5,3 habitantes por km^2, sendo a maioria concentrada nos centros urbanos. (SUDAM, 2016).

Os indicadores econômicos e sociais na Amazônia Legal, em geral, são ruins, situando-se quase sempre abaixo da média nacional. Os nove estados que compõem a região têm IDHM[2] - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - abaixo dos 0,750, enquanto o do Brasil é de 0,778. (IPEA, 2019).

A participação da Amazônia Legal na economia nacional também se mostra abaixo das demais regiões do país e aquém de suas riquezas e possibilidades. O Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados que compõem a região representa 8,87% do PIB nacional (tabela 2).

[2] O índice mede a qualidade de vida de um local, a partir da educação, renda e longevidade das pessoas. Varia de 0 a 1 e quanto mais próximo deste melhor é o cenário.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto 2017

UF	PIB em 2017 (1.000.000 R$)
Acre	14.271
Amapá	15.480
Amazonas	93.204
Maranhão	89.524
Mato Grosso	126.805
Pará	155.195
Rondônia	43.506
Roraima	12.103
Tocantins	34.102
Amazônia (1)	584.190
Brasil (2)	**6.583.000**
(1)/(2) - %	**8,87%**

Fonte: IBGE

A importância geopolítica da Amazônia é determinada por seu grande estoque de recursos estratégicos – biodiversidade, minerais e água – que despertam interesses de países e instituições internacionais e colocam a região como espaço vital do século XXI.

2.1 A BIODIVERSIDADE

A diversidade de vida natural presente na floresta tropical da Amazônia Legal é reconhecida pelos mais diversos cientistas do mundo, que veem na região o principal ecossistema do planeta para manter a qualidade de vida do homem. O cientista alemão Alexander Von Humboldt, após expedição em 1800, cunhou à região o termo de Hileia, que passou a ser utilizado, internacionalmente, como sinônimo da Amazônia.

As oportunidades econômicas e sustentáveis da Amazônia Legal estão representadas no pensamento de Revilla:

> a gigante Amazônia ainda possui extensa área de densa floresta tropical, alta diversidade de espécies de animais e vegetais, distribuídas numa grande variedade de ecossistemas terrestres e aquáticos, traduzindo-se assim em um enorme potencial econômico e de recursos genéticos no presente e para o futuro. (REVILLA, 2000, p.11)

A região é o maior bioma brasileiro, com extensão de cerca de 4,2 milhões de km^2 e a vegetação predominante é a Floresta Ombrófila Densa[3], que corresponde a

[3] Caracteriza-se pela vegetação de folhas largas e perenes e por chuvas abundantes e frequentes. Nessa floresta praticamente não ocorre período de seca, visto que a precipitação é alta e bem distribuída durante o ano.

41,67% do bioma. Cerca de 80% do bioma é ocupado por vegetação nativa e 9,5% são áreas antrópicas[4].(BRASIL, 2006).

Essa dimensão torna ainda mais difícil conhecer todas as espécies de animais. É amplamente aceito que a fauna e a flora amazônica não foram documentadas em sua totalidade. São cerca de trinta milhões de espécies animais, sem contar com as ainda não catalogadas. (ISPN, 2020).

Para proteção da vegetação nativa, o Congresso brasileiro aprovou a lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012, também conhecida como Código Florestal. A lei estabelece as áreas de preservação permanente e áreas de reserva legal que restringem a exploração e obrigam os proprietários, sejam estes públicos ou privados, a adotarem medidas para a preservação. (BRASIL, 2012).

É possível promover o desenvolvimento econômico regional a partir da biodiversidade, e não apenas por meio do agronegócio, da mineração e da indústria de eletroeletrônicos, como tem sido o padrão nas últimas décadas. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável, ou seja, aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações, é o mais recomendado.

Uma das formas de exploração econômica é a biotecnologia. Segundo a Convenção sobre Diversidade Biológica, “significa qualquer aplicação tecnológica que utilize sistemas biológicos, organismos vivos, ou seus derivados, para fabricar ou modificar produtos ou processos para utilização específica.” (BRASIL, 2000, p.9).

O potencial existente na Amazônia Legal não é amplamente explorado no Brasil, apesar de incentivos nessa direção, como o Fundo Setorial de Biotecnologia, e o tema ser considerado prioridade estratégica desde 2003. A região tem potencial para se tornar um polo e uma marca mundial. (REVISTA EXAME, 2018).

Em contrapartida, a biopirataria[5] na região é bastante latente. Alguns casos históricos são marcantes, como do inglês Henry Alexander Wickman que, em 1876, coletou milhares de sementes da seringueira na região dos rios Madeira e Tapajós, levando-as para colônias inglesas como Malásia, Cingapura e Ceilão, no Oriente. Com isso, a produção de borracha na Ásia tornou-se comercial, concorrendo diretamente com a produção extrativa da Amazônia, levando ao fim do ciclo econômico da

---

[4] Ocupação de zonas terrestres pelo homem.
[5] Exploração ou apropriação ilegal de recursos da fauna e da flora e do conhecimento das comunidades tradicionais

borracha no Brasil. Informações sobre a apropriação indevida da biodiversidade da região amazônica são notícias habituais nos principais meios de comunicação. (RIBEIRO, 2006).

Outro tema relacionado à biodiversidade e que é reverberado nos principais fóruns internacionais são as queimadas. Essa é apenas a face mais visível da exploração da Amazônia. Por trás da derrubada da mata e do fogo, estão poderosos interesses econômicos: a criação de gado, o comércio ilegal de madeira e a produção de soja.

A crise envolvendo focos de incêndio descontrolados na região amazônica, em 2019, levou o Brasil a entrar em divergência com países europeus, especialmente com a França. A repercussão internacional levou o governo brasileiro a adotar medidas no combate às queimadas empregando, inclusive, as Forças Armadas, por meio da Operação Verde Brasil.

2.2 OS RECURSOS MINERAIS

A Amazônia detém a parte dos maiores estoques de recursos minerais necessários para os avanços tecnológicos do século XXI, concedendo à região uma importante posição geopolítica no cenário internacional.

Em termos mundiais, a maioria dos depósitos minerais metálicos está situada em terrenos pré-cambrianos[6]. Na Amazônia, essas áreas correspondem a cerca de 40% do seu território e apresentam potencialidade para uma grande variedade de depósitos minerais, tais como ferro, manganês, alumínio, cobre, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, ouro, prata, platina, paládio, ródio, estanho, tungstênio, nióbio, tântalo, zircônio, terras-raras, urânio e diamante. (SANTOS, 2002).

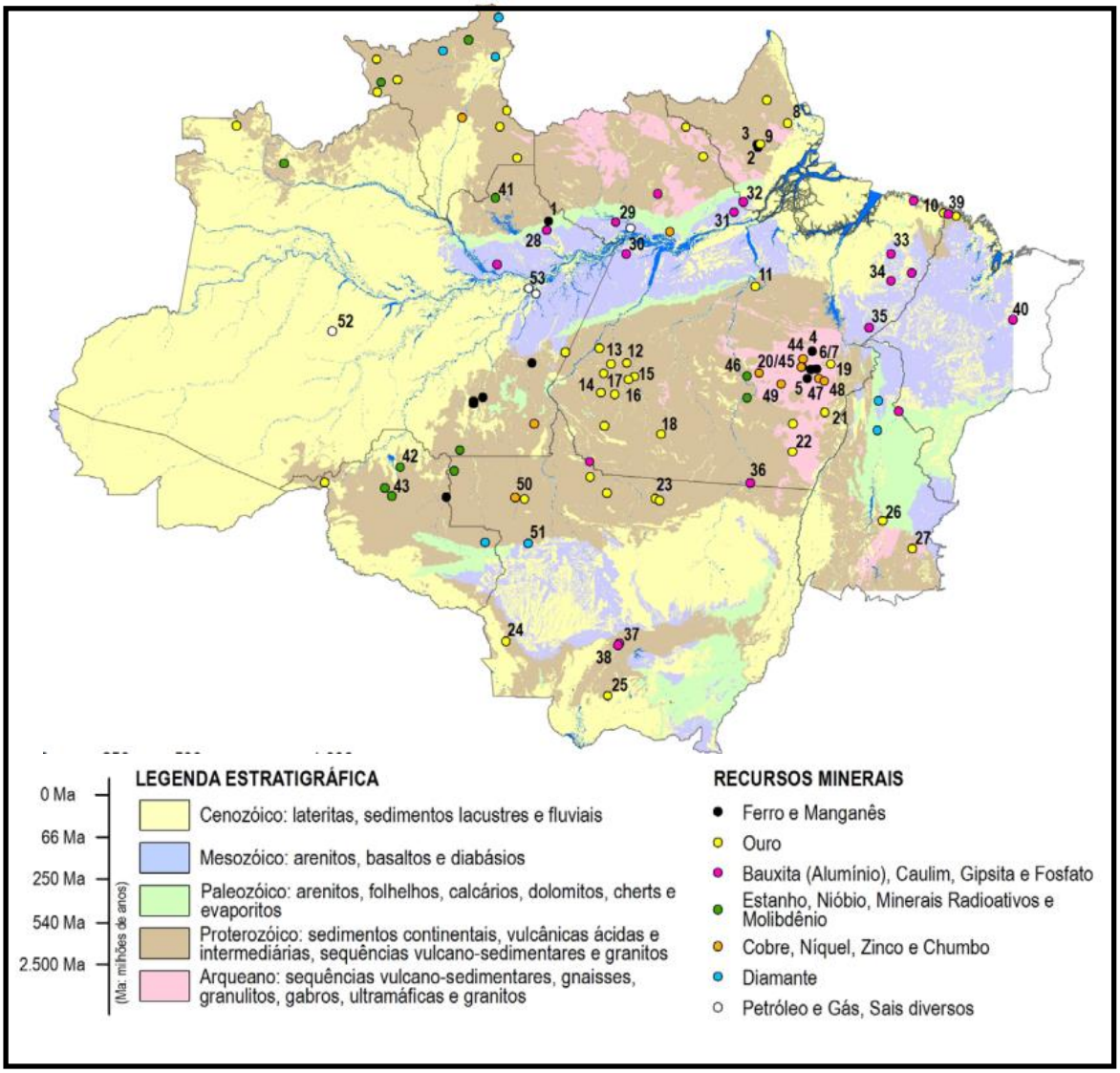
A mineração é um dos agentes de ocupação do território e a Amazônia é uma das últimas fronteiras para a expansão da exploração mineral. A partir da década de 1960, em decorrência de uma política governamental voltada para a integração da Amazônia, apoiada pelos incentivos fiscais, e da melhoria dos meios de comunicação e transporte, tem início os investimentos públicos e privados destinados à sua exploração. (SANTOS, 2002).

---

[6] Período de tempo desde a formação da Terra, há cerca de 4,6 bilhões de anos, até ao início do Período Cambriano, há cerca de 540 milhões de anos.

A região conta com grandes estoques voltados para a exportação de ferro, bauxita, alumina, ouro, estanho, manganês, diamantes, gemas e pedras semipreciosas. Outros minerais conhecidos, mas ainda não explorados de forma intensiva, são o cromo, o cobre e o níquel, dentre outros. (FERNANDES et al, 1991) (Figura 3).

Figura 3 – Principais recursos minerais da Amazônia Legal



Fonte: Geologia - IBGE (2012); Recursos Minerais - CPRM (2004)

Conforme dados da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), a crescente demanda mundial por petróleo e gás, além de seu elevado preço, têm estimulado atividades de prospecção e exploração na Amazônia. Embora somente 3% da Amazônia brasileira tenha lotes de exploração de petróleo, estes multiplicaram-se na última década e continuam com tendência crescente para o futuro. (RAISG, 2012).

Com a primeira crise do petróleo, em 1973, a busca pela autossuficiência brasileira neste recurso vital catalisou a descoberta do campo de óleo e gás de Urucu (AM), na década de 1980. A Província Petrolífera de Urucu, no Amazonas, é a maior reserva provada terrestre de óleo equivalente (petróleo e gás natural) do país. A produção é fundamental para o abastecimento da região Norte e parte do Nordeste, além de ter papel importante na atividade econômica do Amazonas, com participação de cerca de 15% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado. Atualmente, a Bacia do Acre é considerada a nova fronteira petroleira. (RAISG, 2012).

A descoberta de Serra Pelada, no sudeste do Pará, em 1980, deu início a corrida do ouro. A partir de Serra Pelada, os garimpeiros se espalharam e, em 1989, mais de um milhão de garimpeiros trabalhavam na Amazônia brasileira, produzindo cerca de 100 toneladas de ouro por ano. (FEIJÃO et al, 1992).

A Amazônia abriga extensos depósitos de bauxita, que estão concentrados em três distritos principais: Trombetas, Almeirim e Paragominas. Esses distritos são responsáveis pelo terceiro maior potencial em bauxita do mundo. Ainda, são conhecidos três complexos potenciais para depósitos de titânio, fosfato, nióbio e terras-raras: Seis Lagos, no estado do Amazonas; Maicuru e Maraconaí, no estado do Pará. (SANTOS, 2002).

Depósitos de calcário são conhecidos no norte do estado do Tocantins e no sudeste do Pará, nas proximidades do rio Araguaia, havendo possibilidade de sua utilização como insumo destinado à fabricação de cimento ou à indústria metalúrgica, bem como para corretivo de solos. Ainda, o minério de alumínio da Amazônia motivou a construção da hidrelétrica de Tucuruí, a fim de atender aos complexos de produção de alumina-alumínio da Alunorte e Albrás, nas proximidades de Belém, e da Alumar, em São Luís. (SANTOS, 2002).

A região amazônica detém uma das maiores províncias minerais do mundo, Carajás, cujas reservas são as maiores do Brasil e podem ser consideradas, também, uma das maiores reservas do mundo. Na província de Carajás é produzido manganês, cobre, ouro e, principalmente, ferro. (AMIN, 2015) (Figura 4).

Figura 4 – Maior mina de ferro a céu aberto do mundo, em Carajás.

Fonte: RAISG (2012)

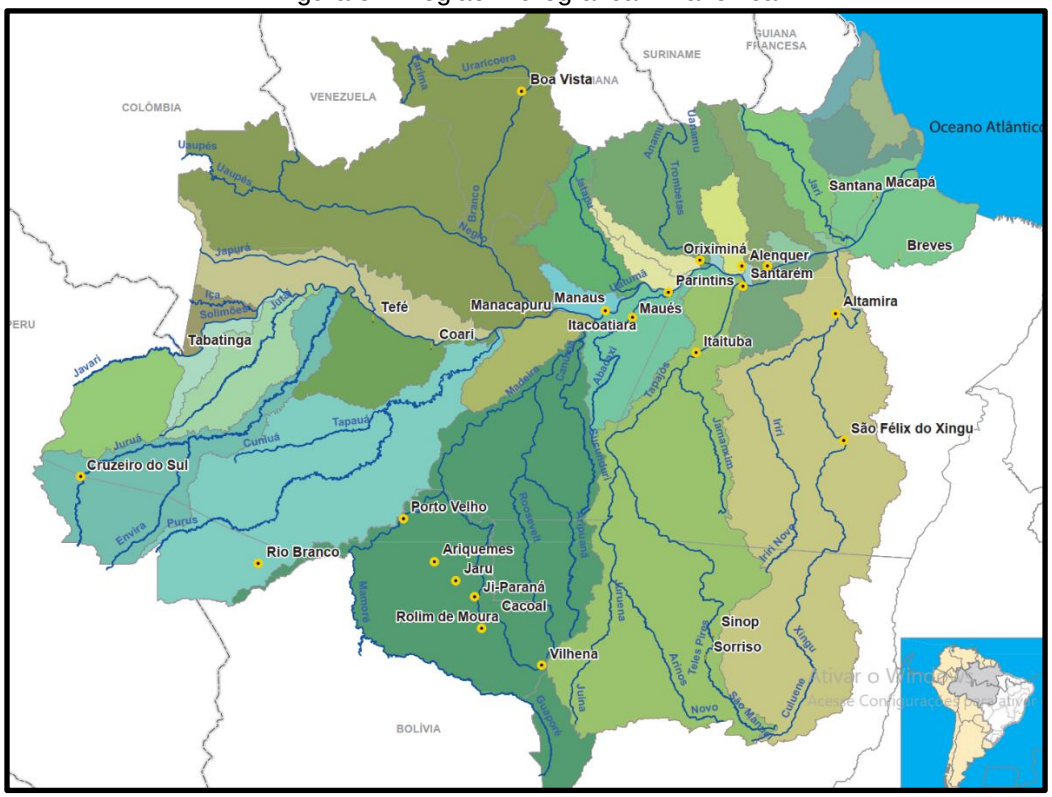
Durante as últimas décadas, as políticas nacionais de desenvolvimento incluíram a mineração como um dos setores fundamentais para gerar emprego e combater a pobreza. Assim, a Amazônia se converteu em uma das regiões com maior potencial minerário. (RAISG, 2012).

2.3 OS RECURSOS HÍDRICOS

A escassez de água tem se tornado tema importante em escala mundial. Essa queda de disponibilidade é causada, principalmente, pelo aumento do consumo, uma vez que os recursos hídricos são um dos motores do desenvolvimento econômico de quase todos os países. O Brasil, particularmente a Amazônia, detém as maiores reservas de água doce do planeta.

Nesse contexto, o rio Amazonas, com mais de três mil afluentes, assume posição privilegiada dentro da dimensão geopolítica de utilização e preservação dos recursos naturais do planeta. A Bacia Amazônica (Figura 5) é considerada a rede hidrográfica mais extensa do mundo, ocupando uma área de 7.008.370 km², da qual 64,88% fica em território brasileiro. (BRASIL, 2017).

Figura 5 – Região Hidrográfica Amazônica



Fonte: Brasil (2017)

Anteriormente conhecido como Aquífero Alter do Chão, o Sistema Aquífero Grande Amazônia (SAGA) (Figura 6) possui reservas hídricas estimadas, preliminarmente, em 162.520 km³, caracterizando-o como um dos maiores da Terra. O SAGA abrange as áreas das bacias do Acre, Solimões, Amazonas e Marajó, com capacidade de abastecer todo o planeta por 250 anos. (ABREU et al, 2013).

Figura 6 – Sistema Aquífero Grande Amazônia

Fonte: Abreu et al, 2013

3 **O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO SOBRE A AMAZÔNIA**

Diversos foram os pensadores geopolíticos brasileiros que estudaram sobre a Amazônia, sobretudo no intuito de promover a integração e garantir a soberania brasileira na região. Os geopolíticos escolhidos, devido à relevância acadêmica, foram: Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva, Meira Mattos e Therezinha de Castro.

3.1 MÁRIO TRAVASSOS

Mário Travassos nasceu em 1891, na cidade do Rio de Janeiro – RJ e ingressou nas fileiras do Exército, em 1908. Durante sua carreira militar, participou da Guerra do Contestado (1914-1915), da Revolução Paulista (1925-1926) e da Força Expedicionária Brasileira, na Segunda Guerra Mundial (1945). No posto de Coronel, foi Comandante da Escola Militar de Realengo (1944 -1945). Em 1946, alcançou o posto de General de Brigada e foi para a reserva no posto de Marechal. Faleceu em 20 de julho de 1973. (ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO).

O pensamento daquele que é considerado fundador da geopolítica brasileira está materializado em sua obra seminal intitulada “Aspectos Geográficos Sul Americanos”, publicada em 1931, cujo título foi alterado na 2ª edição para “Projeção Continental do Brasil”. Segundo os editores, a mudança deveu-se ao entendimento de que este título representa o verdadeiro objetivo da obra.

Mario Travassos foi influenciado pela Teoria do Poder Terrestre de *Mackinder*[7], que foi reelaborada e aplicada de forma criadora às condições peculiares do continente sul-americano, em que o planalto boliviano assumiu o papel da área chave com a mesma importância estratégica do *heartland* [8] eurasiático. (MELLO, 1997).

Os postulados essenciais da teoria de Travassos estão no entendimento de que os estados buscam possuir várias saídas para o mar, se possível, para mares diferentes e aspiram, também, ao domínio da totalidade das bacias hidrográficas que estiverem ao seu alcance. (NEVES, 2018).

---

[7] A teoria do Poder Terrestre afirma que quem governar a Europa Oriental comandará o *heartland*; quem governar o *heartland* comandará a Ilha do Mundo; e quem governar a Ilha do Mundo, comandará o Mundo (MAFRA, 2006).

[8] Significa, literalmente, Coração da Terra. Zona territorial que abrange os continentes europeu e asiático, e que recebe a denominação de Eurásia ou Ilha Mundial.

Para o autor, qualquer potência que disponha de seções navegáveis de um grande rio tenderá a estender este domínio até sua foz, e do mesmo modo, inversamente, quando uma potência dominar a boca de um caudal tenderá expandir-se até as cabeceiras. A gravidade destas questões está relacionada ao fato de que cada uma das regiões hidrográficas da América do Sul abriga mais de uma soberania, suscitando a possibilidade do surgimento de conflitos que poderiam alterar o mapa político da região.

Nesse contexto, Mario Travassos aponta o potencial que o Brasil possui em seu espaço geográfico ao dizer:

> é iniludível a situação do Brasil, nesse complexo de fenômenos, pelo espaço e pela posição geográfica. Estão sob sua bandeira as bocas e o curso, inferior e médio, do Amazonas, ou seja o desfecho de toda a Amazônia, do mesmo modo que grande parte das cabeceiras·da bacia do Prata, cujo desfecho está sob bandeira argentina; cerca de dois terços da costa do Atlântico Sul lhes pertencem, possuindo os portos melhor colocados em relação aos grandes feixes de circulação marítima e aérea (TRAVASSOS, 1938, p. X).

Ao estudar a situação geopolítica do Brasil na América do Sul, Mário Travassos apoiou-se em três ideias estruturantes: o enquadramento da massa continental por dois oceanos diferentes, a leste, o Oceano Atlântico, e a oeste, o Oceano Pacífico; a oposição sistematizada entre duas bacias hidrográficas do continente, ambas na vertente atlântica – a do Amazonas, ao norte, e a do Prata, no sul; e a existência de países mediterrâneos, como no caso da Bolívia e do Paraguai, justo na região em que os antagonismos dos oceanos e das bacias se encontram.

Levando em consideração aspectos geográficos e políticos, o autor propõe a divisão do Brasil em quatro regiões naturais: Brasil Amazônico; Nordeste Subequatorial, Vertente Oriental dos Planaltos; e Brasil Platino.

> **O Brasil Amazônico** comportando a região serrana (maciço granítico das Guiana), a depressão amazônica (calhas do Amazonas e seus afluentes) e a Hileia (região das matas); **o Nordeste Subequatorial** abrangendo o Golfão Maranhense (sorte de transição da Amazônia), a bacia do Paraíba, as Serras e Chapadas da Vertente Norte-Oriental (regiões semiáridas), o litoral , a mata e o agreste de Pernambuco (balizada pelo Cabo de São Roque, foz do São Francisco e Serra da Borborema); **a Vertente Oriental dos Planaltos** compreendendo o litoral baiano-espírito-santense (inclusive as bacias do Paraguaçu, Jequitinhonha e Doce) e região das chapadas (zona alta), o vale do São Francisco, o sul Mineiro e o vale do Paraíba; **o Brasil Platino** englobando a costa ou contra-vertente oceânica (entre o Atlântico e a Serra do Mar), a Região Serrana (Serra do Mar e Geral), a região do Planalto (alternação de campos e matas, região suporte dos afluentes orientais do Paraná), a campanha rio-grandense e a baixa mato-grossense (TRAVASSOS,1938, p. 88, grifo nosso) (Figura 7).

Figura 7 – Regiões Naturais do Brasil

Fonte: Travassos (1938)

Analisando o papel funcional dessas regiões naturais, o autor constata a existência de dois Brasis: o Amazônico e o Platino. Percebe-se, ainda, que, tendo como base o litoral atlântico, ambos convergem até as mais longínquas regiões da parte central do continente, onde está localizado o *heartland* boliviano.

Em seguida, verifica-se que as duas outras regiões - Vertente Oriental dos Planaltos e o Nordeste Subequatorial - são prolongamentos uma da outra e formam o que denominou de “Brasil Longitudinal”, que teria um papel funcional de estabelecer a ligação, quer por via marítima, ou concentricamente, por vias terrestres, entre as duas primeiras regiões: Brasil Amazônico e o Brasil Platino.

O autor admite que manter a unidade territorial é difícil, mas apresenta como solução para sua consolidação a adoção de dois tipos de medidas: “atuações convergentes do Brasil Platino e Amazônico sobre o centro geográfico do continente, considerado objetivo comum; e esforços de unir as duas extremidades divergentes [...] pelas regiões naturais que denominamos [...] de Brasil Longitudinal.” (TRAVASSOS, 1938, p. 94)

A proposta de Travassos era o desenvolvimento e a implementação de uma ousada política de comunicações, a qual seria construída através de um sistema multimodal (ferroviário, rodoviário, hidroviário, marítimo e aéreo), que tinha dois

grandes objetivos: garantir a unidade territorial do país e a articulação de suas diversas regiões, além de assegurar a projeção política e econômica do Brasil no continente sul-americano. (MELLO, 1997).

Outro aspecto apresentado é o papel centrípeto da Amazônia, cuja esfera de influência se dá não só pela vastidão do território que abrange, como pela variedade de circunstâncias geográficas que abarca. Cabe ao Brasil tomar consciência dessa realidade geográfica para neutralizar a prevalência natural da Bacia do Prata e sua influência sobre os países mediterrâneos, uma vez que ela tem a foz dominada pela Argentina. (GIL, 2012)

3.2 GOLBERY DO COUTO E SILVA

Golbery do Couto e Silva nasceu na cidade de Rio Grande - RS no dia 21 de agosto de 1911. Ingressou, em 1927, na Escola Militar do Realengo, sendo declarado aspirante-a-oficial da Arma de Infantaria, em 22 de novembro de 1930 e concluiu o curso de Comando e Estado-Maior, em agosto de 1943.

Participou ativamente da vida política do país, principalmente durante o período dos governos militares, onde desempenhou funções como chefe do Serviço Nacional de Informações, Ministro do Tribunal de Contas de União e Chefe do Gabinete Civil da Presidência, tendo seus estudos influenciado as principais políticas públicas adotada no período.

Golbery herdou de Mario Travassos a percepção da capacidade potencial do Brasil para tornar-se a maior potência do subcontinente. São três as obras fundamentais do autor: Planejamento Estratégico (1955); Geopolítica do Brasil (1967); e o programa de transição política Conjuntura Política Nacional - O Poder Executivo (1980). (FREITAS, 2004).

Em seus primeiros escritos, o autor apresenta os conceitos de segurança nacional e de planejamento da atividade governamental, relacionando-os na razão direta da assunção pelo Executivo de uma Política de Segurança Nacional, que vise à salvaguarda dos objetivos vitais permanentes da Nação contra quaisquer antagonismos, tanto exteriores como internos, de modo a evitar a guerra, se possível for, e empreendê-la, caso necessário, com as maiores probabilidades de êxito. (SILVA, 1955).

Golbery aponta que a relação entre política e geopolítica leva a elaboração de proposições com base na realidade geográfica. Sendo assim, a geopolítica auxilia na elaboração dos Objetivos Nacionais Permanentes (ONP) do Estado, não se afigurando apenas como programa de estudos acadêmicos, mas sim uma vocação intrínseca de conselheira da política. (FREITAS, 2004).

Golbery descreve o território brasileiro como uma extensa área que:

> abrange regiões naturais várias caracteristicamente diversificadas e oferece amplas possibilidades de gênero de vida e atividades econômicas complementares, com um clima que, na verdade, não é tão desfavorável como se tem apregoado por ignorância ou preconceito (SILVA, 1967, p. 41).

Na geopolítica do Brasil, as ações recomendadas pelo autor são divididas em três níveis: interno; vizinhança latino-americana; e mundial.

Segundo Silva (1967), no nível interno, o Brasil, baseado em informações históricas, econômicas e políticas, é dividido em cinco áreas geopolíticas dotadas de dinâmicas específicas, sendo elas (figura 8):

1) núcleo central: considerada o coração do Brasil ou núcleo central ecumênico[9], composto pelo triângulo Rio de Janeiro - São Paulo - Belo Horizonte. Essa região apresenta-se como uma das mais estratégicas para a estrutura das demais regiões do país, pois nela se localiza a maior concentração de densidade populacional, de circulação, de riquezas, como também, o núcleo do parque industrial brasileiro.

2) península nordestina: abarcando toda a região do nordeste ocidental e a Bahia, estruturada nos núcleos Recife - Fortaleza. O nordeste brasileiro também é uma região estratégica para o país, pois nele se encontra intensa densidade populacional, riquezas, extensa malha rodoviária e ferroviária, mesmo que precárias, em comparação ao coração do Brasil.

3) península meridional ou do Sul: com características semelhantes à península nordestina, essa região é caracterizada pelo quadrilátero de circulação, composto por Curitiba - Porto Alegre - Santa Maria – Irati.

4) península centro-oeste: é localizada entre o noroeste e o sudeste do país. Golbery a considera de importância estratégica devido à sua característica de conexão entre as bacias hidrográficas do Prata e da Amazônia.

---

[9] Terra habitada

5) ilha amazônica: é composta pelas regiões norte e noroeste. Esta área é considerada pelo autor como uma hileia isolada, devido à sua deficiente rede de circulação de pessoas e comunicação, como também a dependência para com as ligações marítimas.

Figura 8 – Divisão geopolítica do Brasil

Fonte: Silva, 1967

A partir desta divisão territorial, Golbery aponta, como ideia central, projetar um conjunto de tarefas visando à coesão, à integração e à valorização do território, nomeada geopolítica concêntrica. Segundo Freitas (2004), a estratégia é composta de três fases.

A primeira é vitalizar os corredores de circulação de forma a articular os ecúmenos insulares de norte a sul e, paralelamente, realizar o alargamento da fronteira civilizacional até o noroeste, além de garantir a inviolabilidade da extensa fronteira interior, realizando a obstrução das possíveis vias de entrada.

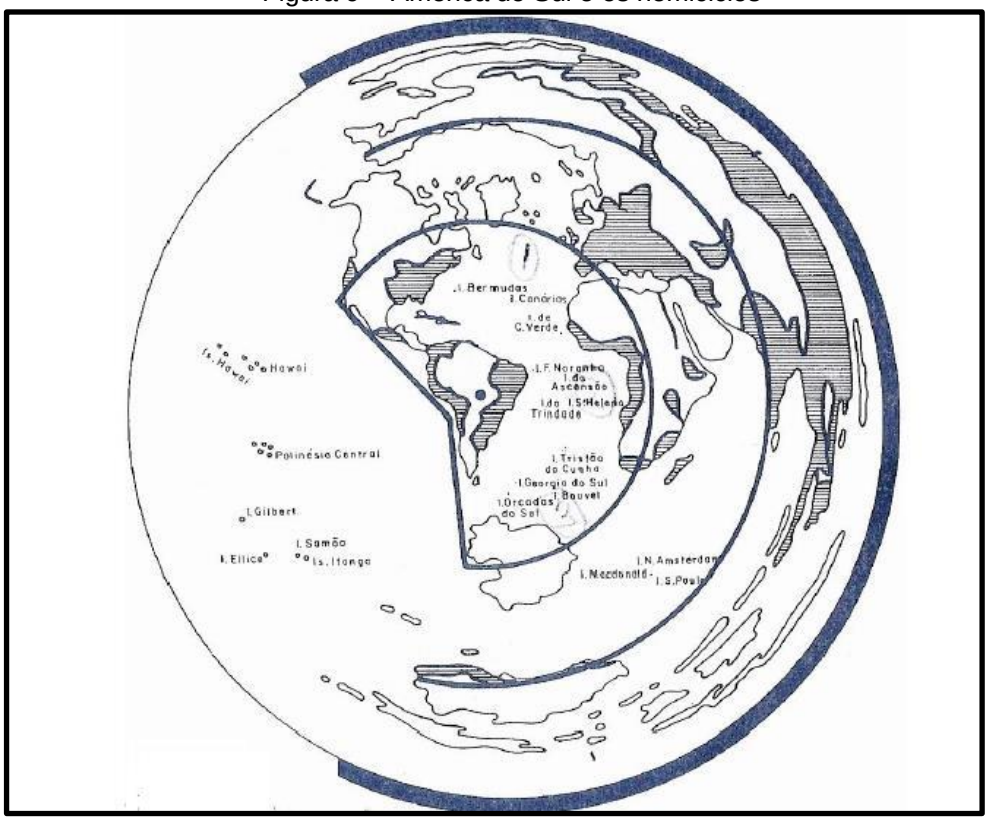
A segunda é a manobra concêntrica em si, que consiste em “combinar o avanço de sul para norte, utilizando os afluentes do Amazonas, com a penetração continental através da sua foz.”

Por fim, a terceira e última grande fase é "inundar de civilização" a ilha amazônica, por meio de uma ação coordenada em que atuem os postos avançados de colonização, a base avançada do centro-oeste e a progressão leste-oeste, ao longo do eixo amazônico.

No nível da vizinhança latino-americana, o Brasil tem capacidade de projeção e atribuições superiores aos demais países devido à sua posição, extensão e aquisição de inúmeros recursos, alertando para a possibilidade de ressurgimento de antigas desconfianças, que geraram, e podem gerar no futuro, litígios com os países vizinhos. Para fazer frente a isso, Golbery propõe o fortalecimento da solidariedade e cooperação entre as nações americanas, a fim de afastar a possibilidade de conflito, impulsionar o prestígio nacional brasileiro e o desenvolvimento político-econômico do continente. (SILVA, 1967).

No terceiro nível, análise mundial, Silva (1967) elabora a teoria dos hemiciclos, que consiste na divisão do mundo em dois hemiciclos de importância estratégica para o país: o interior e o exterior (figura 9).

Figura 9 – América do Sul e os hemiciclos



Fonte: Silva, 1967

O interior está delimitado por um círculo concêntrico de raio médio de 10.000 km em relação ao Brasil, englobando a América do Norte, a África e a Antártida, como

também toda a área compreendida pelo Atlântico Sul. Essa área se caracteriza como uma região de estabilidade, na qual não há presença de um potencial agressor de imediato.

Já o exterior, abrange um raio médio de 15.000 km. Esta região é caracterizada como perigosa, pois encontra-se origens de ameaças do passado, como a Alemanha nazista ou o Império japonês, e do futuro, a exemplo do eixo Moscou-Pequim.

Nesse contexto, como ONP para o Brasil, Golbery recomenda: projeção do país no cenário internacional, com vistas à defesa dos seus interesses e da paz internacional; incentivo da cooperação com os países sul-americanos, a fim de manter o *status quo* territorial; cooperação com a África e defesa do Atlântico Sul; e alinhamento político-estratégico com os Estados Unidos. (SILVA, 1967).

O General Golbery do Couto e Silva, em sua obra Geopolítica e Poder, reconhece que “a segurança e defesa do Nordeste, do estuário amazônico e do Atlântico Sul são ônus que recaem em nós”, e deve-se aceitá-lo, mas, “por outro lado, o direito de utilização de nosso território [...] é exclusivo de nossa soberania”. (SILVA, 2003)

Segundo Freitas (2004), pode-se dizer “que o esforço de incorporação à economia nacional brasileira dos imensos territórios de Mato Grosso, Amazônia, Rondônia, Pará, Goiás (além de outros estados anecumênicos)” teve a contribuição do General Golbery.

3.3 CARLOS DE MEIRA MATTOS

Carlos de Meira Mattos nasceu em São Carlos-SP, em 23 de julho de 1913. Ingressou no Exército, em 1936, como cadete da Escola Militar do Realengo. Integrou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e fez, em Nápoles, o curso da Escola de Liderança e Combate. De volta ao Brasil, diplomou-se pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, possuindo, ainda, o Curso Superior de Guerra e o doutorado, pela Universidade Mackenzie, de São Paulo. Em 1968, foi promovido a general de brigada e, em 1973, a general de divisão.

Das vastas obras literárias publicadas, merecem destaque: A Geopolítica e as Projeções de Poder (1977); Brasil - Geopolítica e Destino (1975); Uma Geopolítica Pan-Amazônica (1980); Geopolítica e Trópicos (1984); e Estratégias Militares Dominantes (1986).

No conjunto de suas obras, o pensamento de Meira Mattos não foge ao de seu antecessor, Mario Travassos, e contemporâneo, Golbery do Couto Silva. Entretanto, destaca-se dos demais por três aspectos: sua preocupação conceitual – metodológica; o detalhamento que confere aos seus estudos; e o caráter mais prescritivo à ação política do Estado brasileiro. Assim, o conjunto de seu trabalho é mantido como objeto de estudo nas principais escolas militares do Exército e na Escola Superior de Guerra, além de torná-lo um dos mais reconhecidos geopolíticos do Brasil.

Ao situar o Brasil no *ranking* das potências no cenário internacional, Meira Mattos tomou como base os seguintes atributos: espaço geográfico, liberdade de movimentos e coesão interna (MATTOS, 1958). A partir da década de 1970, o autor confiou na possibilidade de o Brasil tornar-se uma grande potência mundial, livre de qualquer amarra com os países centrais na economia mundial. (FEREZIN, 2012).

Ainda, Meira Mattos classificou a posição do Brasil no mundo da seguinte forma:

> do ponto de vista geopolítico podemos nos classificar como Nação satisfeita, sem ambições territoriais, sem antagonismos econômicos ou comerciais, sem estarmos submetidos a agudas pressões de agressão ideológica. (MATTOS, 1986, p. 76).

Com todo esse potencial, o autor atribuía ao Estado, por meio da ação coordenadora do poder político, a tarefa de transformar o país em uma potência de primeira grandeza na ordem mundial. Ao correlacionar política e estratégia, ele diz que: política é a concepção de governo, é o que fazer; e estratégia é a ação decorrente desta concepção, é o como fazer. (MATTOS, 1986).

A luz da concepção de *Arnold Toynbee* de desafio-resposta[10], Meira Mattos dirige particular atenção a Amazônia em sua obra “Uma Geopolítica Pan-Amazônica” (1980). A orientação para tornar o Brasil uma potência e, portanto, imperativamente prescritiva a qualquer governo que assuma o poder político no Brasil, é a integração efetiva da região ao Estado Brasileiro. É enfático ao afirmar que o futuro do Brasil depende dessa integração. (GABRIEL, 2012).

---

[10] *Arnold Toynbee*, em sua teoria do desafio-resposta, comprova que, enquanto receberam, aceitaram e venceram os desafios, sob a forma de dificuldades, obstáculos ou inferiorizações, os Estados se afirmaram e se desenvolveram, alguns ascendendo, mesmo, à liderança mundial. A partir do momento em que não mais se viram frente a desafios, ou não os aceitaram quando recebidos, estagnaram, regrediram e, até mesmo, entraram em decadência e se desagregaram (MAFRA, 2006).

Os aspectos mais importantes desta obra são apresentados por Villas Bôas

> de todo o texto, sobressaem cinco questões principais: **em primeiro**, a Geopolítica da Amazônia, em que descreve a Amazônia histórica e a Amazônia geográfica [...]; **em segundo**, a articulação da Amazônia Brasileira, tarefa geohistórica não concluída pelo Brasil até então; **em terceiro**, a integração sul-americana, em que, partindo do Tratado de Cooperação Amazônico e sua articulação com o Pacto Andino, analisa, com otimismo, as possibilidades que prometiam retirar a Pan-Amazônia da condição de grande vazio [...]; **em quarto**, as tentativas de Conquista Econômica da Amazônia, mostrando que exceto por Pombal e Castello Branco, jamais os governos tomaram iniciativas concretas, capazes de alterar a geografia econômica e humana e de promover a integração da Amazônia à dinâmica da sociedade brasileira; e, **por fim**, a questão que o general chamou de Organização Política do Espaço Amazônico, carência que nos dias atuais pode ser expressa como "fraca presença do estado. (VILLAS BÔAS, 2013, p. 47, grifo nosso).

Ao tratar da região, o autor faz uma diferenciação entre as designações Amazônia e Pan-Amazônia: o primeiro conceito é pensado em termos nacionais e o segundo recebe uma visão global dessa macrorregião.

Nesse contexto, Meira Mattos propõe um plano de ocupação humana integrada às características geográficas da imensa região, por meio de polos de desenvolvimento transnacionais, uma vez que a amplitude do espaço amazônico é inversamente proporcional à densidade demográfica. É necessário a utilização da moderna tecnologia dos transportes e da comunicação para a continentalização da *hinterland*[11] sul-americana.

Os polos transnacionais são áreas triangulares cujos vértices são constituídos por cidades. São três: **na área norte** - Boa Vista (Brasil) - *Lethem* (Guiana) - *Santa Elena de Uairén* (Venezuela). Situada no Estado de Roraima, a cidade de Boa Vista é entendida como uma estrela de primeira grandeza deste polo, sobretudo pelas ligações privilegiadas que dispõe com Manaus; **na zona fronteiriça do Rio Solimões** - Tabatinga (Brasil) - *Leticia* (Colômbia) - *Ramon Castilla* (Peru). Essa é uma região favorável para se transformar num polo integrador, propulsor da vitalidade regional, pois a via fluvial ampla e livre une-o a Manaus; e **no extremo sul do arco fronteiriço amazônico** - Porto Velho (Brasil) - *Riberalta* e *Cobija* (Bolívia). Articula-se essa área, por via terrestre, com Cuiabá e Manaus e, por via fluvial, com Manaus e Belém. (FREITAS, 2004).

Esses polos transnacionais deverão criar as condições necessárias para estabelecer um processo de conexão mútua, com o surgimento de eventuais polos

[11] interior

decorrentes da ação destes, contribuindo para a pretendida integração da região. (MATTOS, 1980).

Concomitante com a integração, Meira Mattos afirma que a efetividade da cooperação regional exige um inter-relacionamento substantivo entre os países amazônicos. A diplomacia de aproximação aos estados continentais vizinhos, objetivo do Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978[12], lançou as bases para uma cooperação multilateral no esforço de continentalização da América do Sul.

Relacionando essas construções teórico-metodológicas à Defesa, Mattos propõe uma estratégia militar brasileira:

> [...] do ponto de vista geoestratégico podemos distinguir duas regiões amazônicas: a chamada **Amazônia Oriental**, gravitando em torno de Belém e São Luís, projetando-se para o segmento nordeste do nosso Atlântico, onde as forças da maritimidade predominam sobre a continentalidade. [...] E a **Amazônia Ocidental**, onde as influências marítimas chegam muito atenuadas; obrigada a viver seu destino continental, em termos de articulação vial e economia interna, se quiser progredir; voltada para dentro, com seus interesses convergindo e se irradiando de Manaus – polo vivificador das imensas regiões fronteiriças – e, particularmente, das áreas lindeiras de intercomunicação, Boa Vista, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Porto Velho e Guajará Mirim, com os países vizinhos. (MATTOS, 1986, p. 88-89, grifo nosso)

Essa caracterização espacial serve para equacionar a estratégia militar de defesa, que implica ocupação, adensamento populacional, integração por transportes e desenvolvimento, aproximando a região dos centros dinâmicos da economia nacional.

Assim, deve ser projetada uma estratégia militar diferente para as duas regiões, a saber:

> "**a Oriental** deve concentrar esforços aeronavais, defesa do litoral, dos portos, defesa contra as penetrações, vigilância nas fronteiras terrestres e manutenção de uma capacidade de transporte marítimo protegido e de transporte aeroterrestre de médio raio de ação; por sua vez, **a Ocidental** deve priorizar a vigilância ativa nas regiões fronteiriças, em particular nas regiões de intercomunicação internacional, capacidade de manutenção de uma reserva operacional terrestre e de transporte aéreo e fluvial para áreas tornadas críticas. A pretensão declarada de uma estratégia militar é de uma força de dissuasão, ou seja, a intenção é desencorajar qualquer agressão contra a soberania de Estados nacionais amazônicos. A dissuasão é preventiva. O gasto se justifica pela segurança que proporcionará." (MEDEIROS, 2016, p. 154, grifo nosso).

[12] O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) foi assinado no dia 3 de julho de 1978, em Brasília, por representantes dos governos de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. O objetivo do tratado era criar um mecanismo de desenvolvimento da região amazônica sem que nenhum dos países renunciasse às respectivas soberanias territoriais.

Por essa razão, a estratégia militar brasileira deveria ser preventiva, de atitude defensiva. Contudo, o país deve guardar sempre uma capacidade de represália militar, válida para qualquer tipo de agressão não esperada, mas previsível no quadro da evolução do processo internacional. Para tal, Meira Mattos defende a criação de uma força de dissuasão capaz de desencorajar aventuras militares contra o Brasil, na América do Sul. (MATTOS, 1986).

O que chama mais atenção é a duração que o discurso de Meira Mattos ganha no tempo, já que suas obras contribuem para manutenção do estudo da geopolítica até os dias atuais. Como reflexo, podem ser apontadas as prioridades que as Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, dedicam à integração da Amazônia.

3.4 THEREZINHA DE CASTRO

Therezinha de Castro nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1930. Diplomada, em 1954, em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, ingressou no Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde trabalhou durante 27 anos, exercendo influência decisiva na orientação dos seus estudos para o campo da geopolítica.

Dentre as suas principais obras, destacam-se: Rumo à Antártica (1976); O Brasil no Mundo Atual: Posicionamento e Diretrizes (1982); Brasil da Amazônia ao Prata (1983); Rumo à Amazônia: Problemática geopolítica (1988); Nossa América: Geopolítica Comparada (1994); e Amazônia - Geopolítica do Confronto e Geoestratégia da Integração (1995).

Depois de fazer uma caracterização territorial do Brasil como parte integrante do espaço político sul-americano, Therezinha de Castro verifica a existência de três regiões naturais: uma ilha subdesenvolvida, formada pelas regiões Norte e Centro-Oeste, que juntas perfazem 64% do nosso total territorial; uma ilha em desenvolvimento, representada pela região Nordeste, ocupando 18% do conjunto espacial; e uma ilha desenvolvida, incluindo as regiões Sul e Sudeste, onde se concentra o ecúmeno estatal brasileiro, envolvendo o triângulo geopolítico do país formado pelo Rio de Janeiro-São Paulo-Belo Horizonte. (FREITAS, 2004)

Com o fim da Guerra Fria e o desaparecimento do eixo Leste-Oeste, via-se o início da substituição do imperialismo militar pelo neocolonialismo econômico, definido

pelo eixo Norte-Sul, no qual o setentrião desenvolvido teria de transformar o setor meridional subdesenvolvido em simples fornecedor de matérias-primas. (CASTRO, 1995)

Esse novo ciclo geopolítico levaria a redescoberta da Amazônia pelo mundo. A cobiça internacional é alimentada por um ciclo vicioso: o vazio demográfico característico da região impede a integração ao conjunto nacional; e legitima as propensões provenientes de países que, direta ou indiretamente, visam a impedir a ascensão do Brasil ao reduzido grupo dos países desenvolvidos.

A ideia central de Therezinha de Castro fundamenta-se na pressão mundialmente exercida sobre a sede de poder brasileiro, em nome da defesa dos grupos indígenas nativos e da proteção dos diversos ecossistemas amazônicos, escondendo nítido intento conservador. Dessa forma, assiste-se à estranha unificação de posições por parte da comunidade internacional, onde a indústria do ambiente atua, praticamente, em interesses específicos dos Estados industrializados do Ocidente, encontrando neles poderoso suporte financeiro e aliança privilegiada nos fóruns internacionais (FREITAS, 2004).

Internamente, desde a independência do Brasil e ao longo de todo o século XIX, a ocupação efetiva da área se afigurou como objetivo nacional. Se no século XIX, a estratégia adotada se subordinou, essencialmente, aos vetores diplomático e militar, no século XX, a incorporação e a fusão dos territórios do norte e oeste assumiram contornos cada vez mais geoeconômicos.

Com base na concepção geopolítica, Therezinha de Castro começa por conceber a região amazônica como um subsistema dentro da América do Sul. A importância da posição do Brasil resulta da visão do mapa fluvial: se as nascentes, tanto do eixo principal quanto dos demais afluentes do Amazonas, se repartem entre os diferentes países da área, ao Brasil está reservada a posse exclusiva da foz. Conhecendo-se a premissa geopolítica segundo a qual a posse da foz de um rio tende a dar maior capacidade de expansão pela sua bacia, Belém assume-se como um elemento-chave no controle do *hinterland* amazônico. (CASTRO, 1983).

A política de integração e valorização da Amazônia está baseada na “geoestratégia do quadrinômio” - colonização, integração, exploração e vigilância. Ela tem como objetivos: o desvio dos fluxos migratórios para as áreas despovoadas; a incorporação, exploração e estruturação da região; e o reforço da vigilância numa zona de amplas fronteiras terrestres desguarnecidas. (CASTRO, 1983).

Nesse contexto, a autora elabora um conjunto de diretrizes que se ajustam ao preceito de "integrar para não entregar". A incorporação da Amazônia deve alicerçar-se em: ocupação efetiva, ordenada, adequada e inteligente, para não incorrer no erro de destruir primeiro e construir depois; efetivação de um plano de zoneamento ecológico econômico de moderna colonização; assunção de que o grande desafio consiste em atacar de frente o problema detectado pela geopolítica e acionado pela geoestratégia; constatação de que a região requer, para a normal conservação de seu meio ambiente, da colaboração técnico-científica e financeira, tanto nacional quanto internacional; e neutralização da investidas reacionárias estrangeiras (FREITAS, 2004).

Assim, para manter-se fiel ao princípio da salvaguarda dos interesses nacionais, o enfoque brasileiro, que no passado privilegiou a região platina, agora impõe uma convergência de ação na Amazônia.

4 **A PRESENÇA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA AMAZÔNIA**

A origem das primeiras Organizações Militares (OM) do EB na Amazônia remonta ao Período Colonial Brasileiro. Em 1840, iniciaram-se as primeiras colônias militares na região, como forma de ocupar e colonizar as fronteiras para garantir a proteção do território. (PAIM, 2018).

A presença militar na Amazônia foi construída ao longo do século XX. O Exército Brasileiro tem unidades de combate e de proteção de fronteiras em mais de 70 cidades na Amazônia, fazendo com que a sua presença seja a mais impactante. Antes do século XX, as estruturas do EB estavam concentradas na foz do Rio Amazonas e a ocupação do espaço se procedeu de forma lenta até a década de 1940. Isso se deve a vocação para a defesa sul do país, reflexo dos conflitos históricos existentes naquela região. (FRANCHI, 2013).

A chegada dos militares ao governo, a partir de 1964, possibilitou que concepções e projetos nacionais fossem colocados em prática. O período foi marcado pela tentativa de integrar, de forma acelerada, a Amazônia ao restante da nação. Isso se devia, em parte, às percepções do espaço amazônico como suporte ao desenvolvimento nacional e aos receios de uma cobiça internacional que ameaçasse a soberania.

O impacto do governo militar sobre Amazônia foi a ampliação da ocupação militar, sendo criadas várias unidades durante o período. As novas instalações abrangeram tanto as áreas fronteiriças quanto as regiões internas, geralmente próximas às áreas de rodovias e de polos de desenvolvimento.

As modificações na conjuntura mundial, entre o final da década de 1980 e 1990, bem como o processo de aproximação comercial com o Cone Sul (Argentina, Uruguai e Paraguai), possibilitaram uma mudança na balança geoestratégica militar. Com a fronteira sulina estabilizada, as atenções do Brasil se voltaram para a Amazônia. A alocação de bases, portos, aeroportos, efetivos e demais recursos militares aumentaram gradativamente, levando a região às esferas mais elevadas de prioridade das Forças Armadas. (FRANCHI, 2013).

O que preconiza a prioridade da ocupação militar na Amazônia é a estratégia da presença. A END estabelece que, para contrapor-se às ameaças, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar. (BRASIL, 2012a).

O manual de Estratégia orienta a presença militar em todo o território nacional, com a finalidade de garantir os poderes constituídos, a lei a ordem, assegurar a soberania e a integração nacionais e contribuir, de modo eficaz, para o desenvolvimento nacional. Essa presença é efetivada não só pela criteriosa articulação das unidades no território (seletiva), como também, pela possibilidade de estar em qualquer parte dele quando for necessário (mobilidade estratégica). (BRASIL, 2020e).

A tentativa de diminuição dos espaços fronteiriços levou a implantação dos primeiros Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). A defesa, principalmente nos eixos fluviais penetrantes, cabe aos PEF, que contam com efetivo entre 20 e 80 militares. A criação dos PEF, firmados na tríade – Vida, Combate e Trabalho – são vetores de vivificação, caracterizando a ação pioneira do Exército Brasileiro na Amazônia. (PAIM, 2018).

Outro fator a ser destacado e que bem caracteriza a ocupação permanente do EB nessa área é o papel desempenhado pela Engenharia Militar, dando continuidade à tradição dos desbravadores da Amazônia, procurando integrar, cada vez mais, a região ao restante do País. (PAIM, 2018).

Atualmente, o Exército Brasileiro está presente na área da Amazônia Legal por intermédio de quatro Comandos Militares de Área, concentrando cerca de trinta e três

mil militares, perfazendo cerca de 20% do efetivo: Comando Militar da Amazônia (CMA); Comando Militar do Norte (CMN); Comando Militar do Oeste (CMO); e Comando Militar do Planalto (CMP) (figura 10).

Figura 10 – Divisão do Brasil em Comandos Militares

Fonte: Brasil, 2016

4.1 COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

O Comando Militar de Amazônia foi criado oficialmente pelo Decreto Nº 40.179, de 27 de outubro de 1956, com sede em Belém, e transferido, por meio do Decreto Nº 64.366, de 17 de abril de 1969, para Manaus, cidade que abrigava a recém-criada Zona Franca, o Polo Industrial, a Refinaria, além de ser, historicamente, um ponto de articulação logístico e comercial da Amazônia Ocidental. (BRASIL, 2020a).

Considerado prioritário pelo Exército Brasileiro, o CMA atua na segurança e vigilância de 9.925 quilômetros de fronteira. Sua área de atuação e jurisdição engloba quatro estados: Amazonas, com 1.559.161,68 km^2 e 62 municípios; Rondônia, com 237.590,86 km^2 e 524 municípios; Roraima, com 224.301,04 km^2 e 15 municípios; e Acre, com 164.122,28 km^2 e 22 municípios, totalizando 2.185.175,86 km^2 e 151 municípios.

A missão do CMA é estar em condições de, em tempo de paz, participar na dissuasão de ameaças aos interesses nacionais e, em situação de guerra ou conflito

externo, conduzir, em sua área de responsabilidade, a campanha militar para derrotar o inimigo que agredir ou ameaçar a soberania, a integridade territorial, o patrimônio e os interesses vitais do Brasil. Ainda, manter-se em condições de ser empregado em Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em sua área de responsabilidade, em situação emergencial e temporária, depois de esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Por fim, ficar em condições de participar de operações internacionais, de acordo com os interesses do País, bem como em ações subsidiárias, participar do desenvolvimento nacional e da defesa civil. (BRASIL, 2020a).

Operacionalmente, o CMA está organizado com quatro Brigadas de Infantaria de Selva (Bda Inf Sl), com a 12ª Região Militar como grande comando logístico-administrativo, e com o 2º Grupamento de Engenharia, com o encargo das atividades de engenharia de construção. Dispõe, ainda, de Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS) e Organizações Militares Vinculadas (OMV), que lhe agregam maior capacidade operativa (figura 11).

Figura 11 – Estrutura organizacional do CMA

Fonte: Brasil, 2020a

Segundo Brasil (2020a), o histórico de criação das grandes unidades operacionais do CMA é assim descrito:

1) 17ª Bda Inf Sl: foi criada em 1980, com sede em Porto Velho-RO. O estado de Rondônia faz fronteira com a Bolívia e é eixo integrador da Região Norte, contando com rodovias que ligam Rio Branco-AC à Brasília-DF, passando por Cuiabá-MT.

2) 1ª Bda Inf Sl: foi transferida de Petrópolis-RJ para Boa Vista-RR, em 1991, voltando-se para a defesa da porção extremo norte do Brasil, apoiando as unidades que guardam a fronteira com a Venezuela e o eixo rodoviário de integração com o Caribe, a BR-174.

3) 16ª Bda Inf Sl: oriunda de Santo Ângelo-RS e instalada em Tefé-AM, em 1993, está localizada, estrategicamente, no médio Solimões, principal via de acesso fluvial ao interior do Brasil, a partir dos países andinos, dominando todos os principais afluentes do Amazonas. Está próxima também à província petrolífera de Urucu, em que a Petrobrás explora gás natural e petróleo.

4) 2ª Bda Inf Sl: foi transferida do Rio de Janeiro-RJ e está sediada, desde 2004, em São Gabriel da Cachoeira-AM, longe de grandes polos de desenvolvimento. A região conhecida como “Cabeça do Cachorro” faz fronteira com a Colômbia e Venezuela.

4.2 COMANDO MILITAR DO NORTE

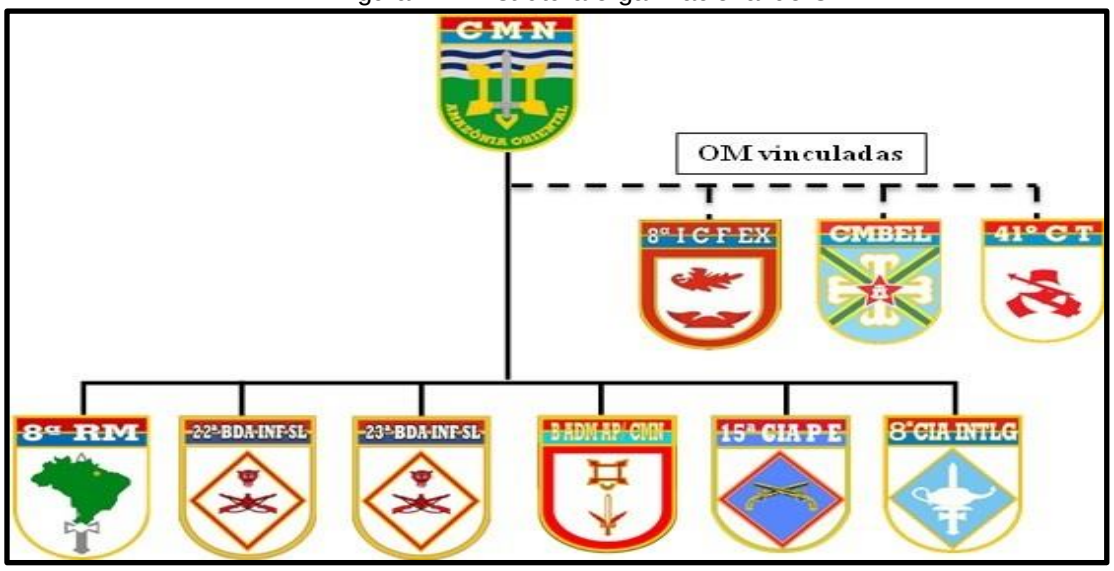
Até o ano de 2013, tanto a Amazônia Ocidental, quanto a Amazônia Oriental, estavam sob responsabilidade do CMA. A separação se deu por meio do Decreto Nº 8.053, de 11 de julho de 2013, que criou o Comando Militar do Norte (CMN), com sede em Belém – PA, recebendo a responsabilidade de segurança estratégica sobre a banda oriental da Amazônia Legal, envolvendo os estados do Pará, Amapá, Maranhão e parte do Tocantins, com área de responsabilidade de cerca de 1,73 milhão de km^2 e 1.890 km de fronteira terrestre com a Guiana, Suriname e Guiana Francesa. (BRASIL, 2020b).

O CMN foi criado para multiplicar as ações do Exército Brasileiro na Amazônia Oriental, com o objetivo de aumentar a capacidade operacional, o gerenciamento administrativo e proporcionar melhores condições de emprego da Força Terrestre, em face do espaço estratégico da foz do rio Amazonas e das diversas infraestruturas estratégicas da região.

Este comando tem como missão conduzir atividades para o preparo e o emprego de suas organizações militares visando à defesa externa, à garantia da lei e da ordem e ao atendimento de compromissos internacionais do Brasil, mediante ordem. Ainda, cooperar com ações dos órgãos governamentais, com o desenvolvimento regional e contribuir para o bom relacionamento com os países fronteiriços. (BRASIL, 2020b).

Para cumprir sua missão, operacionalmente, o CMN é integrado por duas Brigadas de Infantaria de Selva e dispõe, ainda, da 8ª Região Militar para proporcionar o apoio logístico dessa estrutura, gerenciando as funções logísticas de saúde, manutenção, suprimento, pessoal, transporte e fiscalização de produtos controlados. Ao todo, o CMN integra trinta Organizações Militares (figura 12).

Figura 12 – Estrutura organizacional do CMN



Fonte: Brasil, 2020b

Segundo Brasil (2020b), as grandes unidades operacionais do CMN apresentam o seguinte histórico:

1) 23ª Bda Inf Sl: foi criada em 9 de junho de 1976, pelo Decreto Nº 77.804, com sede em Santarém – PA, sendo transferida para Marabá – PA em 26 de novembro do mesmo ano. A brigada fica próxima tanto da área do Projeto Grande Carajás, quanto da região de Xambioá e do Bico do Papagaio, onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia, entre 1970 e 1973.

2) 22ª Bda Inf Sl: é a mais nova brigada do EB, criada em 29 de novembro de 2017, pelo Decreto Nº 9.211, com sede em Macapá – AP, em decorrência do cenário

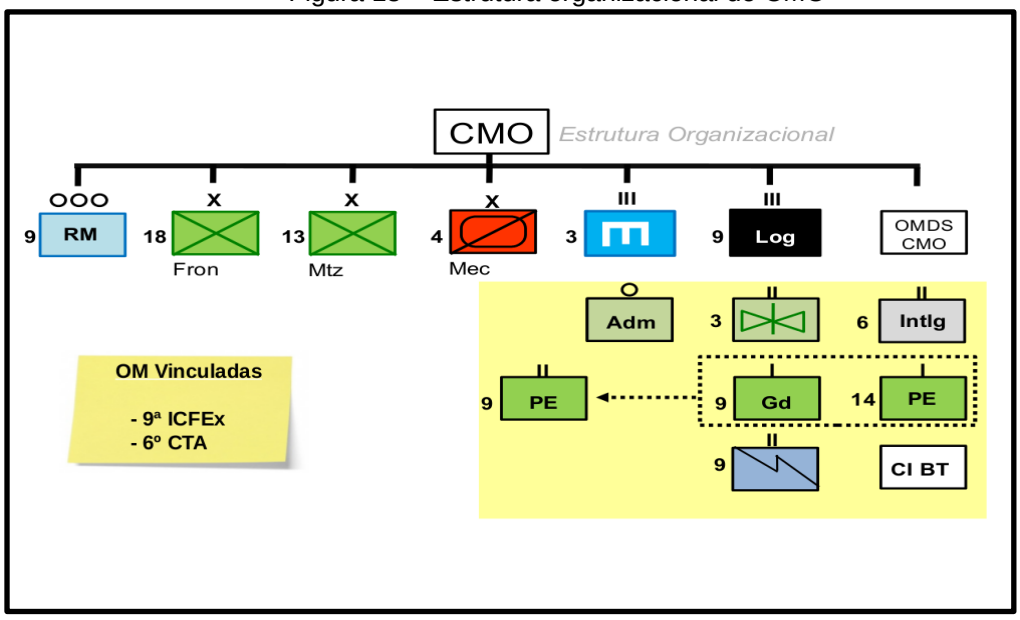
político e estratégico da Amazônia Oriental e em conformidade ao processo de reestruturação do EB.

4.3 COMANDO MILITAR DO OESTE

O Comando Militar do Oeste foi oficialmente criado pelo Decreto Nº 91.779, de 15 de outubro de 1985, com sede na cidade de Campo Grande, tendo como missão: defender a pátria; dissuadir ameaças aos interesses nacionais; em situação de guerra ou conflito externo, conduzir a campanha militar terrestre para neutralizar agressão ou ameaça a soberania e garantir a integridade territorial, o patrimônio e os interesses vitais do Brasil; na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, manter-se em condições de ser empregado em situação emergencial e temporária, após esgotados os instrumentos constitucionais responsáveis; e ficar em condições de participar de operações internacionais, de acordo com os interesses do País. (BRASIL, 2020c).

Para cumprir sua missão, operacionalmente, o CMO é integrado por duas Brigadas de Infantaria e uma Brigada de Cavalaria e dispõe, ainda, da 9ª Região Militar e do 9º Grupamento Logístico, para proporcionar o apoio logístico dessa estrutura e do 3º Grupamento de Engenharia, com o encargo das atividades de engenharia de construção (figura 13).

Figura 13 – Estrutura organizacional do CMO



Fonte: Brasil, 2020c

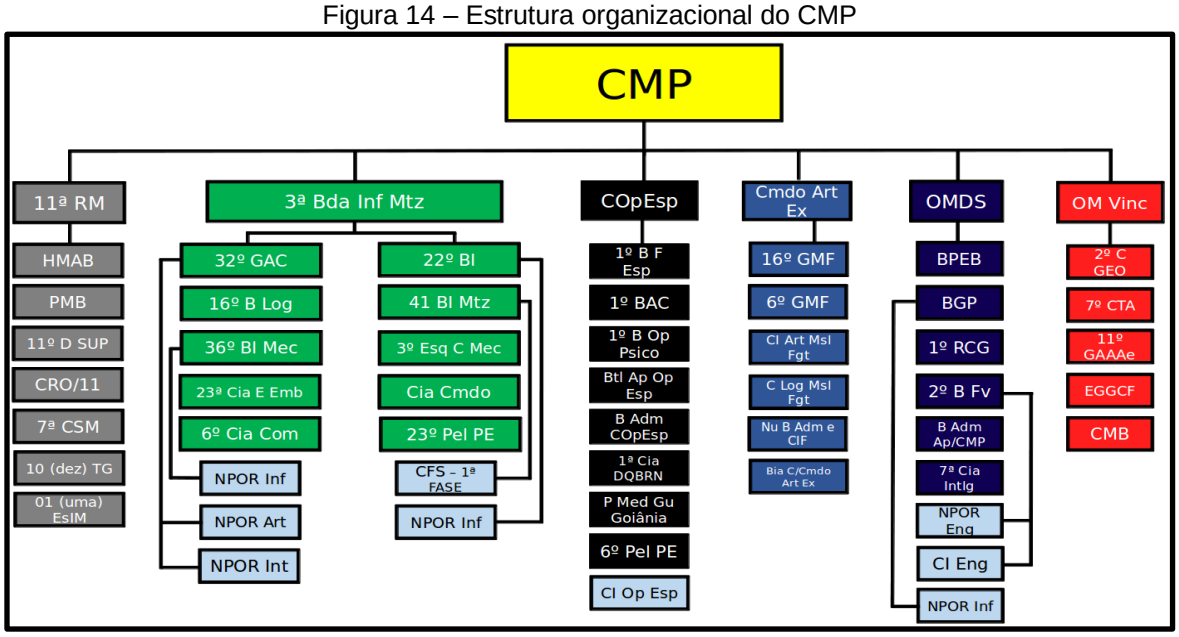
Desta estrutura organizacional, a 13ª Bda Inf Mtz, criada em 1978, com sede em Cuiabá – MT, é a grande unidade que possui área de atuação na Amazônia Legal. O 66º Batalhão de Infantaria Motorizado, sediado em Cáceres – MT e o 44º Batalhão de Infantaria Motorizado, com sede em Cuiabá - MT, além do 18º Grupo de Artilharia de Campanha, localizado em Rondonópolis - MT são as unidades presentes no estado. (BRASIL, 2020c).

4.4 COMANDO MILITAR DO PLANALTO

O Comando Militar do Planalto foi criado por intermédio do Decreto-Lei Nº 64.138, de 26 de fevereiro de 1969, com sede em Brasília, e área de responsabilidade compreendendo o Distrito Federal, o estado de Goiás, o Triângulo Mineiro e o estado do Tocantins. Sua missão é contribuir com o Exército Brasileiro para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem; cumprir atribuições subsidiárias, cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem estar social; contribuir com a segurança presidencial; realizar a guarda e o cerimonial militar da Presidência da República; e participar de operações internacionais. (BRASIL, 2020d).

Operacionalmente, o CMP é integrado por uma Brigada de Infantaria, além do Comando de Operações Especiais e do Comando de Artilharia do Exército. Ainda, dispõe da 11ª Região Militar para proporcionar o seu apoio logístico (figura 14).

Figura 14 – Estrutura organizacional do CMP



Fonte: Brasil, 2020d

Desta organização, a 3ª Bda Inf Mtz, com sede em Cristalina – GO, é a grande unidade que possui área de atuação na Amazônia Legal, por intermédio do 22º Batalhão de Infantaria. Em 1998, dez anos após a criação do estado do Tocantins, o batalhão foi instalado em Palmas, cidade cortada pela rodovia Belém-Brasília, que é uma das principais vias de integração norte-sul do país, além de região de cerrado em que a agricultura tem se desenvolvido nos últimos anos. (BRASIL, 2020d).

4.5 LOCALIZAÇÃO DAS UNIDADES MILITARES NOS MUNICÍPIOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Para uma melhor visualização da localização das organizações militares do EB na Amazônia Legal, foi criado o mapa, que facilita algumas análises espaciais exploratórias sobre esta presença. Foram excluídos dele os municípios em que o efetivo militar é inferior a 10 indivíduos ou Tiros de Guerra (apêndice A).

O nome das OM no mapa é referente à unidade hierarquicamente superior, sediada no município. Dessa forma, em Tefé-AM, por exemplo, onde existem diversas organizações militares, citou-se apenas a 16ª Bda Inf Sl, por ser a maior unidade presente no município.

5 **DISCUSSÃO**

O presente capítulo tem como objetivo proceder uma análise comparativa para saber se há consonância entre as teorias geopolíticas dos pensadores brasileiros e a presença do Exército Brasileiro na Amazônia Legal.

A internacionalização da Amazônia se fundamenta pela cobiça real que países e empresas têm sobre a região, fomentando uma possível intervenção da comunidade internacional. Esse interesse internacional foi apontado por Golbery e Therezinha, que afirmaram que a pressão mundialmente exercida sobre o Brasil, em nome da defesa dos grupos indígenas e da proteção dos ecossistemas, esconde nítido intento conservador.

Para superar esse interesse e reafirmar a soberania nacional, os geopolíticos apontaram como solução, no contexto interno, a integração nacional e, no contexto externo, a aproximação e cooperação com os países da Pan-Amazônia.

Com relação a prioridade dada pelo Exército Brasileiro à região, observa-se, tanto no aumento de efetivo, quanto na criação de unidades militares, principalmente

durante o período dos governos militares, um alinhamento com o pensamento geopolítico brasileiro. Os quatro pensadores foram consonantes em destacar e apontar a importância da Amazônia para o desenvolvimento do Brasil, inclusive separando-a das demais regiões do país para fins de estudo.

Esse destaque também é observado na PND e END que, ao priorizarem a região, colocam a soberania como fator incondicional e afirmam que quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil.

A integração é fundamental para a manutenção da soberania nacional. Sendo assim, a ocupação militar foi adotada com o intuito de integrar a região ao restante do país, haja vista a vastidão do território e a baixa densidade populacional. Os pensadores geopolíticos foram unânimes em traçar estratégias para que o governo brasileiro atingisse este objetivo, seja por meio da geopolítica concêntrica de Golbery, seja pelos polos de desenvolvimento transnacionais propostos por Meira Mattos, ou ainda, a geoestratégia do quadrinômio de Therezinha.

Como parte de suas teorias, os pensadores abordaram a necessidade de melhorar a articulação de transportes com as demais regiões do país como forma de integrar a região. Mario Travassos abordou a necessidade de construção de um sistema multimodal; Golbery falou que era primordial vitalizar os corredores de circulação, combinado com a utilização dos afluentes do Amazonas; e Meira Mattos apontou a imposição de utilização da moderna tecnologia dos transportes e da comunicação para a continentalização da Amazônia.

Além de participar ativamente na construção dessa articulação, por meio de seus Batalhões de Engenharia de Construção (BEC), as unidades militares estão localizadas próximas destes principais eixos, como: Transamazônica (54º BIS, 53º BIS, 51º BIS, 50º BIS e 23ª Bda Inf Sl); Belém-Brasília (23a Bda Inf Sl e 22º BI); Cuiabá-Santarém (53º BIS e 8º BEC); BR-364 (13ª Bda Inf Mtz e 17ª Bda Inf Sl); e BR-174/BR-319 (17ª Bda Inf Sl, 54º BIS, CMA, e 1ª Bda Inf Sl).

Pode-se observar, ainda, que a instalação de algumas unidades em áreas anecumênicas, como a 2ª Bda Inf Sl, em São Gabriel da Cachoeira, e a 16ª Bda Inf Sl, em Tefé, além dos pelotões especiais de fronteira, impulsionou a ocupação humana da região, contribuindo com a intenção de integração da Amazônia.

Ainda no contexto da integração nacional, essa ocupação da Amazônia seguiu a estratégia da presença, seja ela seletiva, principalmente nas fronteiras, seja dotando

as brigadas de meios necessários, para se fazer presente em sua área de atuação, configurando a mobilidade estratégica.

Therezinha abordou a intenção que os países desenvolvidos tinham de transformar o Brasil em simples fornecedor de matérias-primas, alinhado ao discurso de proteção ambiental, para inviabilizar que o país explorasse suas próprias riquezas. Destacou, ainda, a importância de se buscar um desenvolvimento sustentável da região para neutralizar essa investida internacional.

Esse conceito apresentado por Therezinha, alinhado à estratégia da presença, pode ser percebido na localização das principais unidades militares, situadas próximas às fontes de matérias-primas já descobertas ou grandes projetos de desenvolvimento. Isso fica claro, por exemplo, na 23ª Bda Inf Sl, com suas unidades orgânicas localizadas próximas a Carajás e a infraestrutura hidrelétrica de Belo Monte e Tucuruí; na 2ª Bda Inf Sl, com sede próxima a região de Seis Lagos; e na 16ª Bda Inf Sl, situada próxima a província petrolífera de Urucu.

Pode-se perceber, ainda, alinhado a esse discurso de proteção ambiental, a presença de unidades militares próximas à fronteira agrícola, particularmente no Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, possibilitando a atuação dessas unidades no combate às queimadas.

A separação das áreas de responsabilidade da Amazônia Ocidental da Oriental vai ao encontro do pensamento de Meira Mattos. O geopolítico apontou esta divisão ao afirmar que a Amazônia Oriental gravitava em torno de Belém e São Luís, onde as forças da maritimidade predominavam sobre a continentalidade, e a Amazônia Ocidental, voltada para dentro, com seus interesses convergindo e se irradiando de Manaus.

Além do que foi observado por Meira Mattos, a instalação de um comando militar de área, mais alto nível hierárquico na estrutura militar brasileira, na cidade de Belém, encontra consonância com o pensamento de Mário Travassos e de Therezinha de Castro. Ambos corroboraram a importância do domínio das bacias hidrográficas e utilizaram a premissa geopolítica segundo a qual a posse da foz de um rio tende a dar maior capacidade de expansão pela sua bacia. Ao Brasil, está reservada a posse exclusiva da foz do Amazonas, além de seu curso inferior e médio.

Ainda nesta ótica, a criação da 22ª Bda Inf Sl – “Brigada Foz do Amazonas”, em 2017, com sede em Macapá – AP, ampliou a presença de tropa e o controle sobre

a foz do Rio Amazonas, principal bacia hidrográfica da região, atendendo os ditames apontados por Therezinha e Mário Travassos.

A escolha de Boa Vista – RR para a instalação da 1ª Bda Inf Sl, de Porto Velho – RO para a 17ª Bda Inf Sl e de Tabatinga – AM para o 8º BIS, além de adotar critérios estratégicos para a defesa territorial, atende ao pensamento apontado por Meira Mattos, por essas cidades fazerem parte dos polos de desenvolvimento transnacionais. Boa Vista é entendida como uma estrela de primeira grandeza pelas ligações privilegiadas que dispõe com Manaus; Tabatinga é uma região favorável, pois a via fluvial, ampla e livre, une-a a Manaus; e Porto Velho articula-se, por via terrestre, com Cuiabá e Manaus e, por via fluvial, com Manaus e Belém.

A defesa das fronteiras foi apontada pelos pensadores geopolíticos como primordial para a manutenção da integridade territorial e da soberania sobre a região. Mais precisamente, Golbery e Therezinha alertaram para a necessidade de obstrução das possíveis vias de entrada, com adoção de um reforço da vigilância em uma zona de amplas fronteiras terrestres desguarnecidas. Pode-se perceber, assim, respaldo para a criação dos pelotões especiais de fronteira.

No contexto externo, a orientação para se buscar maior aproximação com os países vizinhos, no intuito de cooperar com o desenvolvimento da região, é seguida pelos comandos militares de área que possuem, dentre suas inúmeras missões, a de contribuir para o bom relacionamento com os países fronteiriços, além participar de operações internacionais. Golbery apontou a necessidade dessa cooperação com o intuito de projetar o país no cenário internacional e Meira Mattos foi mais além, levando o país a assinar o Tratado de Cooperação Amazônica.

6 **CONCLUSÃO**

A importância geopolítica da Amazônia no cenário internacional tem sido determinada por seu grande estoque de recursos estratégicos, que despertam interesses de países e instituições internacionais pela apropriação do seu capital natural. Neste cenário, a Amazônia passa a ser o centro mundial do mercantilismo do capital natural, exigindo iniciativas administrativas e políticas, por parte dos governos, para garantir a soberania na conservação e na utilização dos recursos naturais.

Historicamente, as políticas governamentais estiveram calcadas no povoamento da Amazônia como estratégia de controle do território, sendo o

pensamento geopolítico importante no sentido de orientar essas ações garantidoras da soberania sobre a região.

Sendo assim, a análise comparativa entre o pensamento dos geopolíticos brasileiros e a presença do EB na região da Amazônia Legal, visando à garantia da soberania nacional sobre os recursos naturais estratégicos, permitiu apontar coerências entre o dispositivo da Força Terrestre e os princípios orientadores da geopolítica brasileira.

A missão precípua dos militares é defender o solo pátrio de quaisquer ameaças e a presença humana marca a posse do território, constituindo-se, assim, uma garantia da soberania. Desta forma, é apropriado aos militares estimular o desenvolvimento dessa presença humana na Amazônia.

A atuação do Exército Brasileiro na Amazônia foi pautada, tanto por suas funções constitucionais ligadas à defesa, quanto por ações subsidiárias de suporte à colonização, no desenvolvimento e na integração da região, constituindo-se um ator central no progresso regional.

O aumento da presença militar, ao longo do tempo, demonstra a importância dispendida para a região. Essa presença é ampliada ainda mais pelas inúmeras operações desenvolvidas pelo Exército Brasileiro, principalmente na faixa de fronteira. O general Villas Bôas, antigo Comandante do EB, afirmou, sobre a presença na Amazônia, que: “estamos onde o Estado não está [...] e essa capilaridade nos impõe responsabilidades”.

A vivência permanente na área de selva e a capilaridade dos seus efetivos construíram conhecimentos e capacidades militares que permitiram assegurar a integridade do território nacional, garantindo os interesses, os recursos naturais e a soberania brasileira.

Ademais, quanto a questão da presença militar na Amazônia, vale destacar que, apesar dos militares terem intensificado a transferência para a região, esse efetivo representa menos de 20% do total, permanecendo maior número de tropas no restante do país. Sendo assim, é necessário continuar esse esforço de ocupação para que a defesa seja compatível com a magnitude da região.

Para ampliar os efeitos da presença militar, como apontaram os geopolíticos brasileiros, se mostra necessário a infraestrutura do Estado, garantindo condições para o desenvolvimento social e cultural da população da região.

Neste contexto, percebe-se que, apesar dos esforços depreendidos por iniciativas como o Programa Calha Norte, o Projeto Rondon, a Zona Franca de Manaus, dentre outras, a presença do Estado, por meio das demais expressões do poder nacional, não acompanhou a iniciativa militar. Enfatiza-se a necessidade de que as ações governamentais para a Amazônia sejam efetivas.

Ainda sobre a atuação do Estado, para ajudar a conter as crescentes ameaças, cresce de importância a reativação das fronteiras políticas, intensificando a integração da Pan-Amazônia, fórmula apontada pelos geopolíticos brasileiros.

A Operação Verde Brasil, lançada pela primeira vez em 2019, é uma iniciativa inédita que determinou o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ambiental na região amazônica. A GLO é uma condição excepcional e temporária, que permite às Forças Armadas compartilharem conhecimento e capilaridade na área, empregando meios para apoiar os órgãos de preservação e controle ambiental.

A Amazônia representa um desafio para o presente, não mais para o futuro. É imperioso modificar o padrão de desenvolvimento, constituindo-se em um grande desafio para a ciência e tecnologia nacional, qual seja, implementar o crescimento econômico com o uso não predatório do seu patrimônio natural. É necessário substituir a política de ocupação regional por uma política de consolidação do desenvolvimento.

A Amazônia é um patrimônio que foi legado aos brasileiros pelo *uti possidetis* e por gerações ao longo do tempo, cabendo, hoje, o dever de preservá-la.

REFERÊNCIAS

ABREU, F.A.M.; CAVALCANTE, I.N.; MATTA, M.A.S. **O Sistema Aqüífero Grande Amazônia – Saga : Um Imenso Potencial De Água Subterrânea No Brasil**. III Congresso Internacional de Meio Ambiente Subterrâneo, n. 91, p. 1–4, 2013.

AMIN, Mario Miguel. **A Amazônia na geopolítica mundial dos recursos estratégicos do século XXI**. Revista Crítica de Ciências Sociais, p. 17–38, 2015.

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (AHEx). **Arquivo do Gal. de Brigada Mário Travassos. Dados Biográficos**. Pasta XXX-49-4. Palácio Duque de Caxias, nº 25, 6º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, p. 71–86, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Uso e Cobertura da Terra na Floresta Amazônica**. 2006. Disponível em: <http://mapas.mma.gov.br/geodados/brasil/vegetacao/vegetacao2002/amazonia/documentos/relatorio_final.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2020.

_____. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012a.

_____. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012b.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).** Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2016.

_____. Agência Nacional de Águas (ANA). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: relatório pleno.** Edição Especial. Brasília: ANA, 2017.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Comando Militar da Amazônia**. Disponível em: <http://www.cma.eb.mil.br/>. Acesso em: 8 de julho de. 2020a.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Comando Militar do Norte**. Disponível em: <http://www.cmn.eb.mil.br/>. Acesso em: 9 de julho de 2020b

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Comando Militar do Oeste**. Disponível em: <http://www.cmo.eb.mil.br/>. Acesso em: 10 de julho de 2020c.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Comando Militar do Planalto**. Disponível em: <http://www.cmp.eb.mil.br/>. Acesso em: 12 de julho de 2020d.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **EB 20-MF-03.106: Estratégia**. 5. Ed. Brasília, DF, 2020e.

CASTRO, Therezinha de. **Brasil da Amazônia ao Prata**. Rio de Janeiro, Editora do Colégio Pedro II, 1983.

_____. **Amazônia: geopolítica do confronto e geoestratégia da integração**. Rio de Janeiro: FEUS, 1995.

COSTA, Wanderley Messias da. **A Geopolítica brasileira e sua influência no pensamento estratégico nacional**. L'Espace Politique, 2017.

FEIJÃO, A.J. & PINTO, J.A. **Amazônia e a saga do Ouro do Século 20**. In: Garimpo, Meio Ambiente e Sociedade Indígenas, p.18-36. Ed: L. Barbosa; A.L. Lobato; J.A. Drummond,EDUFF. Niterói: Ed. Universidade. Fluminense, 1992.

FEREZIN, Carla Cristina Wrbieta. **Meira Mattos, leitor de Clausewitz**. In: *Anais* do VI ENABED – Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa: pensamento brasileiro em defesa: 6 a 9 de agosto de 2012 / organizadores: Sérgio Luiz Cruz Aguilar, Rafaela Tamer Paladini. São Paulo: UNESP, 2012.

FERNANDES, F. R. C.; PORTELA, I. C. M. H. M. **Recursos minerais da Amazônia: alguns dados sobre situação e perspectivas**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 1991.

FRANCHI, Tássio. **Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical - o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX**. 2013.

FREITAS, Jorge Manuel da Costa. **A Escola Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.

GABRIEL, Pedro Henrique Luz. **O papel de Meira Mattos no pensamento geopolítico brasileiro.** In: *Anais* do VI ENABED – Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa: pensamento brasileiro em defesa: 6 a 9 de agosto de 2012 / organizadores: Sérgio Luiz Cruz Aguilar, Rafaela Tamer Paladini. São Paulo: UNESP, 2012.

GIL, Henrique de Freitas Chimenes. **Geopolítica da Bacia do Prata e o balanço de poder entre os países do cone sul**. In: *Anais* do XVIII Encontro Nacional de

Geográfos - A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia: 24 a 30 de junho de 2016. São Luiz: 2012.

IPEA; PNUD; FJP e colab. **Radar IDHM : evolução do IDHM e de seus índices componentes no período de 2012 a 2017**. [S.l: s.n.], 2019. v. 24. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em 12 de abril de 2020.
ISPN, Instituto Sociedade, População e Natureza. **Fauna e Flora**. Disponível em: <https://ispn.org.br/biomas/amazonia/fauna-e-flora-da-amazonia/>. Acesso em 15 de maio de 2020.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica – Introdução aos Estudos.** 1ª edicão. São Paulo: Sicureza, 2006.

MATTOS, Carlos de Meira. **Projeção Mundial do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora e Editora da FGV, 1958.

_____, **Uma geografia Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

_____, **Estratégias Militares Dominantes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1986.

MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima De. **Governo da natureza (parte II): a construção de uma Amazônia geopolítica**. Universitas Jus, v. 27, n. 1, 2016.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. São Paulo: Hucitec. 1997

MORAIS, Carlos Blanco. A “internacionalização da Amazónia”: uma estratégia neocolonial? **O Público**, Lisboa, 12 de setembro de 2019. Disponível em: https://www.publico.pt/2019/09/12/mundo/opiniao/internacionalizacao-amazonia-estrategia-neocolonial-1886114>. Acesso em 12 de fevereiro de 2020.

NEVES, André Luiz Varella. **A Geopolítica da Amazônia no século XXI: o pensamento de Mário Travassos revisitado**. Rev. Bras. Est. Def. v. 5, nº 1, p. 87-114, 2018.

PAIM, Rodrigo de Almeida. **O processo de vivificação da faixa de fronteira da Amazônia: as contribuições recentes do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: ECEME, 2018.

RAISG. **Amazônia sob Pressão**. 2012. Disponível em: <https://www.amazoniasocioambiental.org/pt-br/publicacao/amazonia-sob-pressao/>. Acesso em 25 de abril de 2020.

REVILLA, Juan. **Plantas da Amazônia: oportunidades econômicas e sustentáveis.** Manaus: SEBRAE/AM, 2000.

REVISTA EXAME. **A riqueza escondida na Amazônia**. Publicado em: 19 de julho de 2018. Disponível em: < https://exame.com/revista-exame/a-riqueza-escondida/>. Acesso em 15 de abril de 2020.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Belém: EDUFPA, 2006.

SANTOS, Breno Augusto dos. **Recursos minerais da Amazônia**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 16, n. 45, 2002.

SILVA, Golbery do Couto e. **Planejamento Estratégico**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1955.

_____. **Geopolítica do Brasil**.2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

_____. **Geopolítica e Poder**. Rio de Janeiro. UniverCidade, 2003.

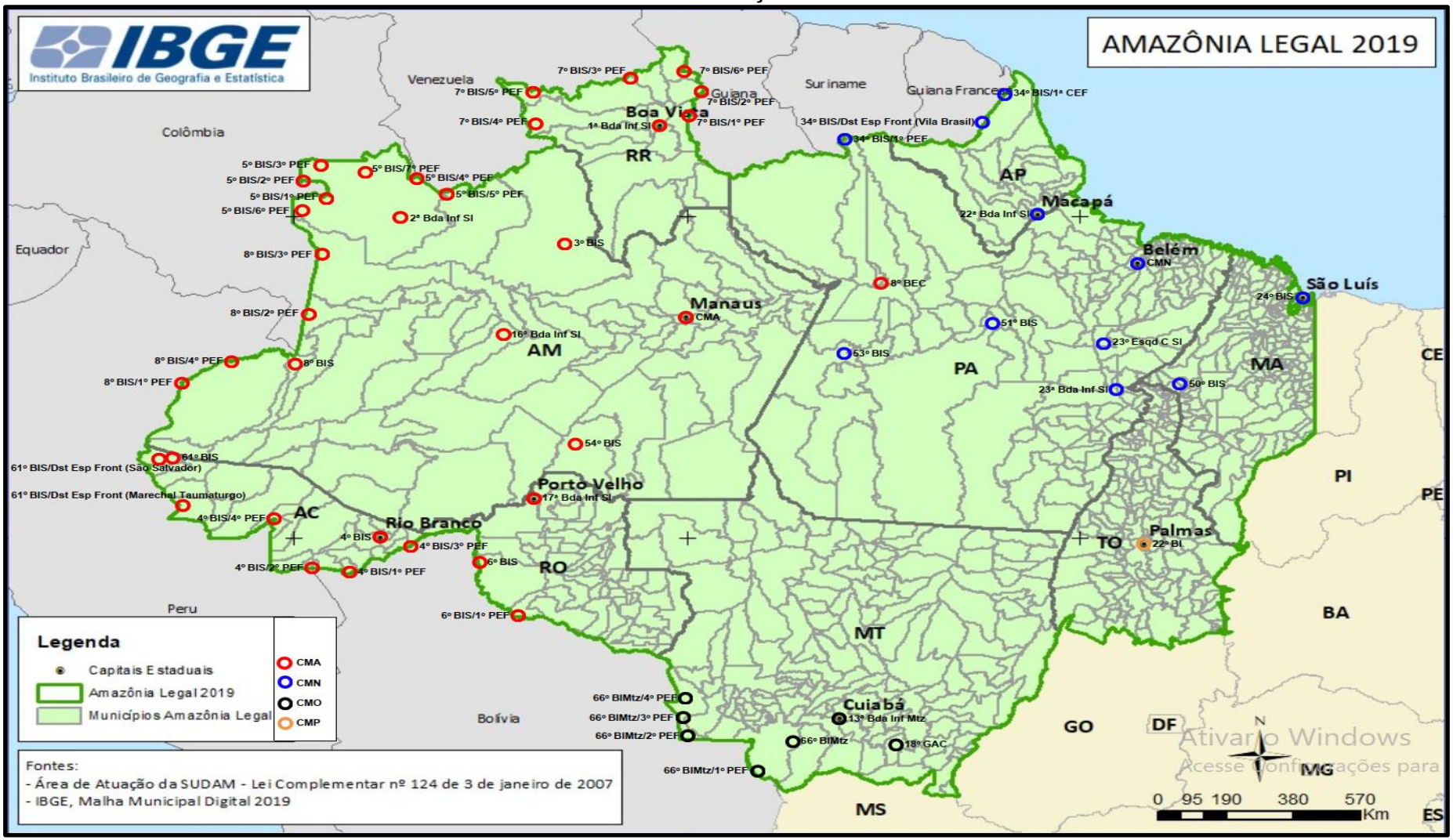
SUDAM. **Boletim Amazônia - Indicadores socioeconômico-ambientais e análise conjuntural da Amazônia Legal**. n. 2, 2016. Disponível em: <www.sudam.gov.br>. Acesso em 5 de maio de 2020.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção Continental do Brasil**. 3ª edição. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2009

VILLAS BÔAS, Eduardo Dias da Costa. **Meira Mattos, a Amazônia e o Livro**. In. Cadernos de Estudos Estratégicos. Escola Superior de Guerra. n. 12, 2013.

APÊNDICE A – MUNICÍPIOS COM ORGANIZAÇÕES MILITARES NA AMAZÔNIA LEGAL



Fonte: IBGE, 2019; dados das OM compilado pelo autor